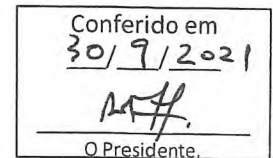


Santa Casa da Misericórdia de Arganil

Acta nº 5-2019-2022



Reunião da Assembleia Geral



Aos trinta dias do mês de Setembro de dois mil e vinte e um, pelas vinte horas e trinta minutos, reuniu na Academia Condessa das Canas desta Santa Casa, em sessão ordinária e em segunda convocatória, conforme previsto no n.º 1 do artigo 24º do Compromisso, a Assembleia Geral da Misericórdia, cuja Mesa foi presidida pelo seu Presidente, Prof. Dr. Raul Martins, acompanhado pelo Vice-presidente, o Sr. Carlos Teixeira e o Secretário, o Sr. Silas das Neves Correia.

Constituída a Mesa da Assembleia Geral, tomou a palavra o respetivo Presidente, Prof. Dr. Raul Martins, para apresentar a Ordem de trabalhos constante da Convocatória e que a seguir se transcreve:

1. Conhecimento da ata da última reunião da Assembleia Geral 23 de Abril de 2021;
2. Apresentação, discussão e votação do Relatório de Atividades e Contas referente ao exercício de 2020, bem como o respetivo parecer do Conselho Fiscal / Definitório;
3. Informações e outros assuntos de interesse para a Instituição e aceites a discussão pela Assembleia Geral;

Apresentada a ordem de trabalhos e antes da discussão e decisão dos assuntos constantes na mesma, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Prof. Dr. Raul Martins, cumprimentou os irmãos presentes, aos quais agradeceu a participação, dando a palavra ao Provedor da Instituição, Prof. José Dias Coimbra, para que este realizasse um momento de reconhecimento junto de uma Ex-colaboradora e irmã da Instituição.

No uso da palavra, o Provedor chamou para junto de si a Sr.ª Paula Rodrigues, ex-funcionária da Instituição recentemente reformada, para proceder a uma singela homenagem pelo esforço e dedicação demonstrados ao longo de cerca de 30 anos de serviço na Misericórdia de Arganil.

Referiu que, “agora que a Paula Rodrigues nos deixa ao fim de uma vida de trabalho na Misericórdia, não poderia, enquanto Provedor, deixar de lhe reconhecer a entrega no apoio aos mais velhos no Lar da Instituição, especialmente após um ano tão difícil como foi o de 2020 com a pandemia.”

Acrescentou ainda que, “apesar do COVID-19 ainda não ter desaparecido, não podemos olvidar que o ano que findou foi muito complicado e o reconhecimento que agora faço, será também uma forma de reconhecimento pela generalidade do esforço dos trabalhadores da Instituição ao longo dos últimos meses, através deste gesto - singelo mas sentido.”

Por outro lado, não deixou de referir o apoio “do esposo, o Sr. Rui, junto da nossa querida Paula que ao longo destes anos labutou na Misericórdia à qual pertence, certamente com orgulho”.

O gesto de reconhecimento culminou com a entrega de um ramo de flores, por parte da Mesária Maria

Eugénia Teixeira, em representação da Mesa Administrativa, seguindo-se uma salva de palmas de todos os presentes na Assembleia Geral.

De seguida interveio o Presidente da Mesa da Assembleia Geral referindo que, “o sentido manifestado pela Assembleia Geral é a de se associar a este momento de reconhecimento, pelo que, se nada houver a obstar, deverá constar em ata deste órgão o registo deste evento, antes do início da discussão e decisão da ordem de trabalhos”.

Após a intervenção do Presidente da Mesa da Assembleia Geral foi expresso, unanimemente, a concordância daquele reconhecimento devendo ficar registado em ata a sua ocorrência para memória futura.

Após isto, o Presidente da Assembleia Geral, justificou o motivo pela realização da presente reunião da Assembleia Geral apenas em Setembro, tendo por base o estabelecido no n.º 2 do artigo 18º do Decreto de Lei n.º 22-A/2021 de 17 de Março, o qual definiu a possibilidade de realização das reuniões estatutárias, nas entidades com mais de 100 associados, como é o caso da Misericórdia, até ao final do corrente mês.

Depois, não quis deixar de enaltecer o empenho dos colaboradores da Misericórdia no esforço para evitar maiores danos pelo COVID-19, nomeadamente junto dos utentes, “sendo de destacar a forma como o Diretor Geral e Mesário, Dr. Nuno Gomes, liderou e implementou as medidas necessárias para conter esta situação para a qual ninguém estava preparado e prevenido”.

Nesse sentido, salientou “o apreço pelo esforço e dedicação colocado na gestão da Pandemia no interior da Instituição por parte de uma vasta equipa, onde também os Órgãos Sociais foram uma peça importante, nomeadamente a Mesa Administrativa e o seu Provedor, estimulando as melhores respostas à situação”.

Feito o introito do início dos trabalhos o Presidente da Mesa da Assembleia Geral, propôs a colocação de todos os pontos da ordem de trabalhos à votação em minuta, tendo em vista a imediata eficácia das decisões sobre eles tomados.

Na sequência dessa proposta, e não se tendo registado qualquer oposição pela Assembleia Geral, tendo sido aprovado, por unanimidade, a proposta do Presidente da Mesa da Assembleia Geral, passaram os pontos da ordem de trabalhos a ser discutidos e votados em minuta.

Recordou também, e como é hábito, “que toda a documentação inerente aos assuntos para discussão, foi disponibilizada atempadamente nos termos do Compromisso da Misericórdia, e na sequência do envio da convocatória aos Irmãos no pleno uso dos direitos, quer para consulta nos serviços da Instituição, quer disponibilizada na página oficial da Misericórdia, isto para além de ter sido previamente distribuída antes do início da presente reunião”.

Após isto, deu-se início aos trabalhos, seguindo a respetiva ordem de trabalhos já apresentada, e da qual constam as respetivas decisões que a seguir se apresentam.

1. Conhecimento da ata da última reunião da Assembleia Geral 23 de Abril de 2021;

Relativamente ao primeiro ponto da ordem de trabalhos, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral, recordou que a mesma tinha sido aprovada mediante a deliberação, por unanimidade, de um voto de confiança à Mesa da Assembleia Geral, nos termos do n.º 5 do artigo 19º do Compromisso da Misericórdia, pelo que, questionou “se havia algum comentário, esclarecimento ou questão em relação

ao documento?”.

Não se tendo registado qualquer pedido de esclarecimento, correção, ou intervenção, por parte dos Irmãos na Assembleia Geral, o primeiro ponto da ordem de trabalhos foi aprovado, por unanimidade e em minuta, decorrente do qual a Assembleia Geral teve perfeito conhecimento da ata em causa, concordando com a mesma, e da respetiva aprovação prévia com um voto de confiança, conforme os termos estatutários / Compromisso da Instituição.

2. Apresentação, discussão e votação do Relatório de Atividades e Contas referente ao exercício de 2020, bem como o respetivo parecer do Conselho Fiscal / Definitório;

No âmbito da discussão do segundo ponto da ordem de trabalhos o Presidente da Mesa da Assembleia Geral deu a palavra ao Provedor da Instituição, o qual começou por salientar “o orgulho em ser responsável pela Misericórdia de Arganil, mesmo num período de tão grandes dificuldades como têm sido os últimos meses.”

Continuou a sua intervenção frisando que “foi um exercício bastante difícil e intensamente marcado pela Pandemia, a qual condicionou e influenciou os resultados obtidos mas que, e apesar disso, a Instituição não deixou de se empenhar para que os constrangimentos provocados pelo COVID-19 fossem minimizados.”

Não obstante esses esforços, “o encerramento temporário de alguns serviços da Instituição, repercutiu-se diretamente nos seus rendimentos, sem esquecer o aumento dos gastos, fruto das despesas inesperadas que a Pandemia provocou”.

Contudo, salientou o Provedor, “a Instituição manteve em curso os investimentos que se tinha disposto a realizar, com especial atenção à empreitada de reabilitação do antigo Hospital de Beneficência Condessa das Canas”.

Após a intervenção do Provedor, este solicitou ao Diretor Geral e mesário da Mesa Administrativa, Dr. Nuno Gomes, que procedesse à explanação pormenorizada do relatório de Atividades e Contas do Exercício de 2020, e cuja cópia se anexa, o qual “foi atempadamente disponibilizado aos irmãos e está devidamente certificado pelo Revisor Oficial de Contas (ROC – PKF e Associados, SROC, Lda / ROC n.º 804/CMVM n.º 20160434), conforme CLC que se encontra anexa ao relatório”.

Depois de uma exaustiva apresentação do Relatório de Atividades e Contas do Exercício de 2020, o Dr. Nuno Gomes salientou, na componente económica – financeira, que esta foi fortemente condicionada pela Pandemia.

Neste caso, o total de rendimentos obtidos atingiu o montante de dois milhões, oitocentos e vinte mil, novecentos e quarenta e oito euros e quarenta e oito cêntimos (2.820.948,48€), o que representou uma redução face ao exercício de 2019, neste caso foram obtidos menos 3,7%.

Uma diminuição de receitas justificada pelo facto de que algumas das respostas sociais da Instituição e serviços à comunidade terem estado encerradas, destacando-se a perda de rendimentos na Unidade de Medicina Física e de Reabilitação (UMFR), assim como no Centro de Dia e CATL, bem como na Unidade de Cuidados Continuados cuja perda foi o resultado da quebra dos encaminhamentos pelas entidades do Ministério da Saúde, o que reduziu a taxa de ocupação.

Desta forma, face a 2019, a Instituição teve menos cento e oito mil, seiscentos e noventa e quatro euros e quatro cêntimos (108.694,04€) no campo dos rendimentos.

Face ao orçamento para 2020, essa redução aumentou para 7,7%.

No campo dos gastos a Misericórdia fechou o ano com um montante de dois milhões, novecentos e sessenta e seis mil, oitocentos e cinquenta e dois euros e setenta e quatro cêntimos (2.966.852,74€), muito por força da conta relativa ao Fornecimento de Serviços Externos (FSE), onde se encontra sediado o montante despendido com o COVID-19, designadamente a aquisição de Equipamentos de Proteção Individual.

Comparativamente com 2019, o crescimento dos gastos foi de 4%, ou seja, mais cento e catorze mil, nove euros e trinta e oito cêntimos (114.009,38€), cuja parte mais relevante está diretamente relacionada com o COVID-19.

Tal situação originou, ao nível da demonstração de resultados, um saldo negativo do exercício de 2020 de cento e quarenta e cinco mil, novecentos e quatro euros e vinte e seis cêntimos (145.904,26€).

Nos investimentos registou-se um total de novecentos e noventa e quatro mil, duzentos e sessenta e sete euros e um cêntimo (994.267,01€), valor este muito impulsionado pela empreitada do Hospital de Beneficência Condessa das Canas com mais de oitocentos e quarenta mil euros, e da inclusão do património do jornal e respetivo título - A Comarca de Arganil, para além da aquisição de equipamento diverso.

Apesar das dificuldades registou-se o crescimento dos Ativos da Instituição em 14,05%, para o montante de dez milhões, duzentos e vinte e três mil, setecentos e nove euros e vinte cêntimos (10.223.709,20€).

Apresentado que foi o Relatório de Atividades e Contas, no qual se incluiu o mapa de investimentos realizados, assim como os anexos contabilísticos, referentes ao exercício de 2020, o mesmo foi colocado a discussão pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral.

Não se tendo registado qualquer pedido de intervenção, e sendo manifesto, por parte dos irmãos, de que estes estavam devidamente esclarecidos, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral solicitou ao Presidente do Conselho Fiscal / Definitório, Dr. António Pires de Carvalho, a leitura do respetivo parecer que a seguir se transcreve.

PARECER DO CONSELHO FISCAL | DEFINITÓRIO

Relatório de Atividades e Contas – Exercício 2020

Com respeito pelo previsto nas alíneas a), b) e c) do artigo 31º do Compromisso da Santa Casa da Misericórdia de Arganil, e considerando o plasmado no n.º 2 do artigo 18º do Decreto de Lei n.º 22-A/2021 de 17 de Março de 2021, reuniu, no dia 13 de Setembro de 2021, pelas dezoito horas, na sala da Academia Condessa das Canas, sita na Avenida Irmãos Duarte, da Santa casa da Misericórdia de Arganil, o Conselho Fiscal / Definitório, tendo como objetivo analisar e emitir parecer sobre o **Relatório de Atividades e Contas relativo ao exercício de 2020**.

Analisado e discutido o projeto de Relatório de Atividades e Contas relativo ao Exercício de 2020, a par da demais documentação e anexos que dele fazem parte, e obtidos os esclarecimentos necessários junto da Mesa Administrativa e serviços de apoio, concluiu o Conselho Fiscal / Definitório que a Instituição sofreu um significativo impacto derivado da Pandemia COVID-19.

Tal situação de forte excecionalidade, implicou uma reorganização das prioridades da Instituição tendo como enfoque o bem-estar de utentes, colaboradores e comunidade, especialmente no campo da saúde

pública, mas sem descurar a realização de atividades internas promovendo a manutenção física e mental dos utentes residentes.

O Conselho Fiscal / Definitório registou e saudou de igual modo, todas as medidas tomadas com o propósito de controlar os efeitos da Pandemia na Instituição, destacando a elaboração e implementação de Planos de Contingência; preparação das equipas de trabalho e respetiva formação; criação de espaços de isolamento; aplicação da obrigatoriedade de teste negativo com a metodologia RT-PCR em novas admissões em ERPI e UCCI; esforço na aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (apesar das dificuldades no mercado); confinamento das respostas com a componente residencial; monitorização da temperatura corporal; implementação de uma estratégia de testagem preventiva em colaboração com entidades públicas e privadas, entre outras.

No campo económico-financeiro do exercício de 2020, o Conselho Fiscal / Definitório verificou que, conforme era expetável, **a Pandemia teve forte impacto nas contas apresentadas**, não só porque as receitas foram afetadas, mas igualmente as despesas aumentaram para fazer face a esta situação de excecionalidade.

Assim, o total de rendimentos obtidos atingiu o montante de dois milhões, oitocentos e vinte mil, novecentos e quarenta e oito euros e quarenta e oito cêntimos (2.820.948,48€), o que representou uma redução face ao exercício de 2019, neste caso foram obtidos menos 3,7%.

Esta diminuição de receitas esteve intimamente ligada ao facto de algumas das respostas sociais da Instituição e serviços à comunidade terem estado encerradas.

Nesse contexto destacou-se na perda de rendimentos na Unidade de Medicina Física e de Reabilitação (UMFR), assim como no Centro de Dia e CATL.

Também na Unidade de Cuidados Continuados essa perda ficou registada e foi derivada da quebra dos encaminhamentos pelas entidades do Ministério da Saúde, o que reduziu a taxa de ocupação.

Desta forma, face a 2019, a Instituição teve menos cento e oito mil, seiscentos e noventa e quatro euros e quatro cêntimos (108.694,04€) no campo dos rendimentos.

Face ao orçamento para 2020, essa redução aumentou para 7,7%.

Do lado dos gastos a Misericórdia fechou o ano com um montante de dois milhões, novecentos e sessenta e seis mil, oitocentos e cinquenta e dois euros e setenta e quatro cêntimos (2.966.852,74€), muito por força da conta relativa ao Fornecimento de Serviços Externos (FSE), onde se encontra sediado o montante despendido com o COVID-19, designadamente a aquisição de Equipamentos de Proteção Individual.

Comparativamente com 2019, o crescimento dos gastos foi de 4%, ou seja, mais cento e catorze mil, nove euros e trinta e oito cêntimos (114.009,38€), cuja parte mais relevante está diretamente relacionada com o COVID-19.

Do apuramento dos rendimentos e dos gastos, resultou um saldo negativo do exercício de 2020 de cento e quarenta e cinco mil, novecentos e quatro euros e vinte e seis cêntimos (145.904,26€).

No campo dos investimentos registou-se um total de novecentos e noventa e quatro mil, duzentos e sessenta e sete euros e um cêntimo (994.267,01€), valor este muito impulsionado pela empreitada do Hospital de Beneficência Condessa das Canas com mais de oitocentos e quarenta mil euros, e da inclusão do património do jornal e respetivo título - A Comarca de Arganil, para além da aquisição de equipamento diverso.

Apesar das dificuldades reconhecidas pelo Conselho Fiscal à atuação da Misericórdia e da sua Mesa Administrativa, face aos constrangimentos externos ditados pela Pandemia, regista-se com agrado o crescimento dos Ativos da Instituição em 14,05%, para o montante de dez milhões, duzentos e vinte e três mil, setecentos e nove euros e vinte cêntimos (10.223.709,20€).

Por outro lado, não pode o Conselho Fiscal / Definitório deixar de registar que as comparticipações resultantes do Compromisso de Cooperação 2019-2020, continuam a estar aquém do crescente aumento de custos operacionais, agravados pela Pandemia, e pela atualização do Salário Mínimo Nacional, ente outros aspetos.

Não pode o Conselho Fiscal / Definitório, deixar de registar a **não revisão dos Acordos de Cooperação por parte da Segurança Social para as valências de ERPI-Lar de Idosos e Serviço de Apoio Domiciliário (SAD).**

Assim, o Conselho Fiscal | Definitório deliberou, por unanimidade, que a Mesa Administrativa “andou bem” no que à Pandemia dizia respeito, sem descurar uma cuidada gestão dos seus recursos, assegurando a sua componente social, defendendo e valorizando o seu património e as decisões da Assembleia Geral, sendo que o resultado obtido foi fortemente influenciado pelo contexto de urgência sanitária que predominou no ano transato.

Consequentemente, o Conselho Fiscal | Definitório **deliberou, por unanimidade, dar parecer positivo ao Relatório de Atividades e Contas do Exercício de 2020 e anexos, sugerindo a devida aprovação em Assembleia Geral, propondo ainda, um voto de louvor pelo trabalho desenvolvido, quer à Mesa Administrativa, na pessoa do seu Provedor e quer aos colaboradores que se empenharam no acompanhar e cuidar dos utentes e nos resultados obtidos.**

Propõe ainda, um voto de pesar por todos os utentes falecidos em resultado do COVID-19, em todas as Instituições do Setor Social, e sentidas condolências às famílias enlutadas.

Arganil, 13 de Setembro de 2021

O Conselho Fiscal / Definitório

Após a leitura do Parecer do Conselho Fiscal /Definitório, foi o mesmo, conjuntamente com o Relatório de Atividades e Contas do Exercício de 2020, colocados a votação, tendo sido aprovados por unanimidade, destacando-se os votos contidos no referido parecer, neste caso um voto de louvor pelo trabalho desenvolvido, quer à Mesa Administrativa, na pessoa do seu Provedor e quer aos colaboradores que se empenharam no acompanhar e cuidar dos utentes e nos resultados obtidos, bem como o voto de pesar por todos os utentes falecidos em resultado do COVID-19, em todas as Instituições do Setor Social, e sentidas condolências às famílias enlutadas.

3. Informações e outros assuntos de interesse para a Instituição e aceites a discussão pela Assembleia Geral;

No último ponto da ordem de trabalhos pediu a palavra o Provedor da Instituição, Prof. José Dias Coimbra, para, na sequência do voto de pesar aprovado no ponto anterior da ordem de trabalhos e em memória de todos os utentes falecidos com COVID-19 nas Instituições do Setor Social, assim como em respeito e solidariedade para com as famílias enlutadas, propor um minuto de silêncio.

Proposta esta aceite a discussão e aprovada por unanimidade pela Assembleia Geral, tendo de imediato

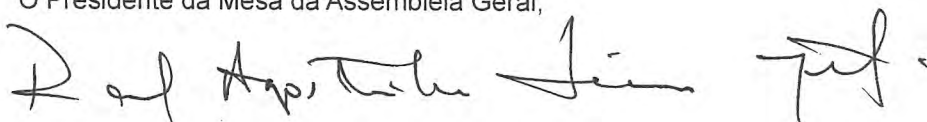
sido realizando um minuto de silêncio nos termos propostos pelo Sr. Provedor.

De seguida, e no uso da palavra, o Presidente da Mesa, Prof. Dr. Raúl Martins, propôs à Assembleia Geral a aprovação de um voto de confiança, nos termos do n.º 5 do artigo 19º do Compromisso /Estatuto da Santa Casa da Misericórdia de Arganil, para aprovar a respetiva ata, uma vez que todos os pontos constantes da ordem de trabalhos foram aprovados por unanimidade e em minuta.

Tendo sido aceite pela Assembleia Geral a discussão desta proposta, foi a mesma aprovada, por unanimidade, tendo sido a ata aprovada com um voto de confiança à Mesa da Assembleia Geral.

Não havendo mais nenhuma intervenção dos Irmãos presentes, nem mais nenhum assunto a ser tratado, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Prof. Raúl Martins, agradeceu “ à Senhora das Misericórdias a condução dos trabalhos, fazendo votos para que rapidamente possamos regressar à normalidade plena”, dando por encerrados os trabalhos pelas vinte e três horas, tendo sido redigida a presente ata, a qual foi aprovada nos termos do n.º 5 do artigo 19º do Compromisso /Estatuto da Santa Casa da Misericórdia de Arganil, e cujas deliberações entraram de imediato em vigor.

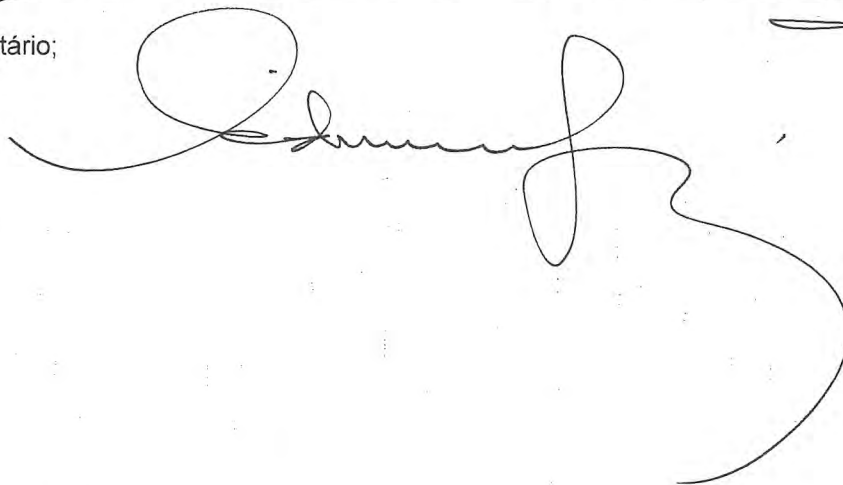
O Presidente da Mesa da Assembleia Geral,



O Vice-presidente;



O Secretário;





RELATÓRIO

ATIVIDADES E CONTAS

2020



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ARGANIL / SETEMBRO 2021





ÍNDICE

1 SÚMULA DA EXECUÇÃO OPERACIONAL.....	5
2 ORGANIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO	7
3 AÇÕES REALIZADAS	10
3.1 COVID-19.....	10
3.1.1 Sessões de Esclarecimento e Formação	12
3.1.2 Desinfecção dos Espaços	13
3.1.3 Distribuição de EPIs e Kits de Proteção	14
3.1.4 Testagem Preventiva	16
3.1.5 Equipa Misericórdias Solidárias.....	17
4 PROJETO DAR SENTIDO AOS DIAS	18
4.1 Projeto dar Sentido aos Dias – Mês dos Cuidados Paliativos	19
4.1.2 Reportagem sobre Cuidados Paliativos Premiada	20
5 X ANIVERSÁRIO DO ORFEON MAESTRO ALVES COELHO – ACADEMIA CONDESSA DAS CANAS.....	20
6 REABILITAÇÃO HOSPITAL DE BENEFICIÊNCIA CONDESSA DAS CANAS.....	21
7 REALIZAÇÃO DE ESTÁGIO INTERNACIONAL DE PATINAGEM ARTÍSTICA	22
8 FORMAÇÃO COLABORADORES.....	24
9 PROGRAMAS DE INTERVENÇÃO COMUNITÁRIA – POAPMC E CANTINAS SOCIAIS.....	25
9.1 POAPMC - FEAC	26
9.2 Cantinas Sociais	27
10 ACOLHIMENTO RASTREIO DO CANCRO DA MAMA.....	28
11 CINETEATRO ALVES COELHO	29
12 RESPOSTAS SOCIAIS – ERPI, CENTRO DE DIA E SERVIÇO DE APOIO DOMICILIÁRIO, CATL – Complexo Social.....	29
12.1 ERPI.....	30
12.2 CENTRO DE DIA.....	31
12.3 SAD	32
12.4 CATL.....	33
13 HOSPITAL DR. FERNANDO VALE – UCCI, UNIDADE DE REABILITAÇÃO	33
13.1 HOSPITAL DR. FERNANDO VALE – UCCI	34
13.2 UNIDADE DE MEDICINA FÍSICA E DE REABILITAÇÃO	36
14 OUTRAS ATIVIDADES REALIZADAS	37
15 RESUMO DAS CONTAS	40
15.1 RENDIMENTOS.....	41
15.2 GASTOS.....	43
15.3 RESULTADO DO EXERCÍCIO	45
15.4 INVESTIMENTOS.....	46
16 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	47
ANEXOS	



1 | SÚMULA DA EXECUÇÃO OPERACIONAL

Chegado o momento de avaliação do exercício do ano de 2020, quer na sua componente económica, mas de igual modo, quer também no campo das atividades desenvolvidas, não podemos deixar de iniciar este documento sem salientar a excecionalidade vivenciada no período em apreço (2020) e que se prolongou para o ano em curso (2021).

Essa excecionalidade foi imposta pela **ocorrência da Pandemia**, provocada pelo usualmente designado COVID-19, cujos reflexos das contrariedades ditadas por essa, foram transversais a toda a Sociedade.

Consequentemente, a **dinâmica habitual da Instituição foi ajustada a uma nova realidade**, marcada pelo distanciamento social (físico), pelo uso de equipamentos de proteção individual, pela higienização de mãos e espaços, pela testagem de utente e colaboradores, e outras tantas medidas que, de forma inusitada, se afirmaram como fazendo parte de uma nova normalidade, condicionando a proximidade e as relações interpessoais.

Também aqui uma palavra para a solidariedade entre Instituições, com destaque para a **colaboração manifestada entre diversas Misericórdias do Distrito de Coimbra**, através da constituição de uma equipa de emergência que deslocou à congénere de Condeixa-a-Nova, e onde a Misericórdia de Arganil marcou presença, conjuntamente com outras (Pampilhosa da Serra e Vila Nova de Poiares), participando numa missão de auxílio aos utentes dessa entidade.

A Pandemia foi pois, o facto marcante em 2020, obrigando a que as atividades inicialmente preconizadas e que privilegiavam a participação de utentes, colaboradores e órgãos sociais, fossem repensadas e reformuladas, alterando-se os moldes habituais em que eram realizadas.

Por outro lado, e não menos importante, a **Instituição viu-se privada de uma fatia significativa de rendimentos, por força da redução da sua atividade** em algumas componentes, que, conjugado com a **excecionalidade de aumento de custos resultantes do combate à Pandemia**, se revelaram fortemente condicionadores dos resultados obtidos.

Não obstante essas dificuldades, a Instituição assumiu como **estratégia ser polo de estabilidade social no seio da Comunidade em que se insere e no território geográfico onde incide a sua ação**.



Neste caso, a Misericórdia assumiu manter ao serviço, de um modo geral, todos os seus colaboradores, com exceção daqueles que, por impedimento de saúde, não lhes era possível, incluindo, e em particular, os das respostas sociais encerradas, não apenas para assegurar a manutenção das equipas em “espelho”, mas de igual modo para evitar o recurso à figura do “Lay off”.

Sendo o Lay off uma opção que traria benefícios económicos, a sua aplicabilidade dependia sempre da existência de recursos humanos suficientes para assegurar a continuidade dos serviços nos equipamentos mais suscetíveis ao COVID-19, o que não se verificou.

Não obstante essas dificuldades, não podemos olvidar que **a Misericórdia deu início, em Março, às obras de requalificação do antigo Hospital Condessas das Canas**, as quais continuam em curso, dando assim expressão à vontade manifestada pelos irmãos desta Instituição em diversas Assembleias Gerais.

Ainda no campo da reabilitação do património, os contactos e a negociação com o Município de Arganil, tendo em vista a definição de uma solução para o emblemático edifício arganilense – Cine Teatro Alves Coelho - mantiveram-se, culminando, já em Abril de 2021, com a **celebração de protocolo** com esse intuito, previamente sufragado pela Assembleia Geral da Instituição em Agosto de 2020.

De igual importância, tivemos no ano transato **o arranque do projeto “Dar Sentidos aos Dias”**, vocacionado para a Ação Paliativa e envolvendo diversas entidades parceiras, e nesse contexto foi destacado Outubro como o Mês dos Cuidados Paliativos.

No campo cultural destaque para a celebração, no mês de Fevereiro, do **X Aniversário do Orfeon Mastro Alves Coelho**, no âmbito do funcionamento da Academia Condessa das Canas, ainda em situação de pré-pandemia.

Assim como, a realização do **Primeiro Estágio Internacional da Escola de Patinagem Roller Dance** e que teve lugar no Pavilhão do Sarzedo em articulação com a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia dessa localidade.

Não obstante as dificuldades sentidas ao longo de 2020, pelas razões sobejamente conhecidas de todos, a Misericórdia colaborou na **realização do Rastreio do Cancro da Mama**, durante o Mês de Setembro, acolhendo, mais uma vez, estes serviços da Liga Portuguesa Contra o Cancro.



De realçar que em 2020 esta ação ganhou maior relevo, em face da redução das ações de diagnóstico preventivo, pelo que, a opção da Instituição foi a de promover, em Arganil, toda a colaboração para que se mantivesse essa ação junto da comunidade.

De igual modo, **o POAPMC mereceu um esforço suplementar da Instituição**, na expectativa de que todos os recursos destinados à população mais vulnerável e afetada pelos constrangimentos da Pandemia não vissem a sua situação agravada, tendo a Misericórdia alargado, conjuntamente com as suas entidades parceiras, o número de beneficiários nos territórios de Arganil, Vila Nova de Poiares e Penacova.

No mesmo sentido foi a preocupação com o **programa das Cantinas Sociais**, assegurando a Instituição, no contexto do protocolo em vigor com o Instituto da Segurança Social, IP (ISS,IP), a par das diversas entidades parceiras locais, a continuidade desta ação, abrangendo todo o território concelhio.

Podemos afirmar, volvidos vários meses depois de 31 de Dezembro de 2020, que não foi tarefa fácil a execução de um conjunto de medidas e atividades em cenário de forte restrição económica e social e que a Pandemia ditou.

No entanto, pensamos ter conseguido superar as dificuldades que nos surgiram no caminho, sem que tenhamos baixado os braços na concretização das principais metas que a Mesa Administrativa se propôs alcançar.

2 | ORGANIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

A Santa Casa da Misericórdia de Arganil, é uma Instituição de direito privado, Fundada em 1647, à qual foi reconhecido o Estatuto de Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), com a respetiva utilidade pública, regendo-se pelo Decreto de Lei 119/83 de 25 de Fevereiro, na versão republicada com as alterações introduzidas pelo Decreto de Lei 172-A/14 de 14 de Novembro e pela Lei n.º 76/2015 de 28 de Julho.

Desenvolve a sua atividade no âmbito da Economia Social, nos termos da Lei n.º 30/2013 de 8 de Maio, integrando a família das Misericórdias, e encontra-se registada no Livro n.º 1 das Irmandades das Misericórdias, folhas 64 e 64 verso.



Atualmente, está estruturada de acordo com três Complexos, designados de Complexo Social, Complexo de Saúde e Complexo Desportivo e Cultural.

No designado Complexo Social estão agregadas todas as respostas sociais e equipamentos cuja atuação está inserida no campo da Cooperação com o Setor Estado, especificamente associada à área do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, materializada através de acordos de cooperação estabelecidos com este Ministério, maioritariamente via Centro Distrital de Segurança Social de Coimbra (CDSS – Coimbra), o Instituto de Solidariedade Social (ISS,IP), ou o Instituto de Emprego e Formação profissional (IEFP,IP).

Estamos a falar pois, das seguintes respostas sociais: Estrutura Residencial para Idosos (ERPI), Centro de Dia (sede e Secarias), Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) e Centro de Atividades e Tempos Livres (CATL).

De igual modo, as Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF) estão associadas à organização do Complexo Social, apesar de resultarem de protocolo com a Câmara Municipal de Arganil.

Também os projetos de intervenção comunitária, como são o caso do Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas (POAPMC- FEAC), a par das Cantinas Sociais, inseridas no Programa de Emergência Social (PES), assim como a Mata e os Jardins, estão afetos ao Complexo Social.

Estão ainda associados ao Complexo Social, isto no campo das parcerias, os casos dos protocolos com as Instituições de Economia Social locais, ou a participação em estruturas de intervenção, designadamente o Conselho Local de Ação Social (CLAS), o Rendimento Social de Inserção (RSI) e o Conselho Geral (CG), este último no âmbito do Agrupamento de Escolas de Arganil, sem esquecer a Loja Social onde a Misericórdia marca presença.

Por último, o desenvolvimento do projeto *“Dar Sentido aos Dias”* que assenta na dinamização, quer em contexto Institucional e quer em contexto domiciliário, de uma equipa vocacionada para a ação paliativa, está agregada ao funcionamento deste mesmo Complexo.

Por seu turno, o Complexo de Saúde, tal como o nome sugere, encontra-se vocacionado para o desenvolvimento de respostas afetas à prestação de cuidados com predominância na órbita da saúde.



Estamos pois, a falar de equipamentos cujo funcionamento se encontra associado à celebração de contratos, acordos ou convenções, e cuja comparticipação tem o predomínio do Ministério da Saúde, diretamente, ou por intermédio da Administração Regional de Saúde do Centro (ARS-C).

Temos nesta situação o Hospital Dr. Fernando Vale – Unidade de Cuidados Continuados Integrados, onde estão integradas as tipologias de Média Duração e Reabilitação e Longa Duração e Manutenção, assim como a Unidade de Medicina Física e de Reabilitação (UMFR).

Também o caso da remodelação do antigo Hospital Condessa das Canas está enquadrado neste segmento de atuação da Instituição.

Já no que concerne ao Complexo Desportivo e Cultural, este é composto pelas diversas infraestruturas colocadas ao dispor da comunidade podendo, simultaneamente, ser utilizadas pela Instituição no âmbito das atividades promovidas para os seus utentes, designadamente o “Campo de Futebol Eng. Eduardo Ralha”, as “Piscinas Zé Miguel Coimbra” e o campo polivalente que lhe está associado.

Ainda nesta estrutura da Instituição está inserida A Academia Condessa das Canas, localizada na antiga Escola Adões Bermudes, sita no paço Grande, onde são promovidas diversas atividades de âmbito cultural, como o caso do Ballet e do canto, neste último caso através do Orfeon Maestro Alves Coelho.

De igual modo, a Instituição conta com a sua Igreja, classificada como monumento de interesse municipal, e onde se encontra localizado o órgão de tubos, sendo a sua utilização da responsabilidade do Orfeon da Misericórdia.

Este último espaço, apesar de ter tido a sua utilização condicionada em 2020, por força da Pandemia, é por natureza um edifício de acesso ao público, das 9h às 19h, sendo nele que se realizam as cerimónias religiosas da vida da Misericórdia, designadamente a Festa em Honra de Santa Isabel.



3 | AÇÕES REALIZADAS

Como já foi referido, o ano de 2020 ficou marcado pelas condicionantes associadas à situação de Pandemia que o Mundo atravessou, e atravessa, o que motivou uma **reorganização das atividades da Instituição**, tendo em vista a promoção da segurança de utentes e colaboradores.

Nesse sentido, o foco da atuação dos serviços da **Instituição incidiu no desenvolvimento de ações direcionadas para o reforço das competências de utentes e colaboradores na promoção de maiores índices de proteção face à infeção**, sem descurar a preocupação pela manutenção da funcionalidade das áreas prioritária da Misericórdia.

3.1 | COVID-19

O surgimento e a declaração da situação de Pandemia pela Organização Mundial de Saúde (OMS) implicou, desde logo, um conjunto de medidas destinadas à proteção de todos os que interagem nas respostas da Instituição.

Dessa forma, a Instituição procedeu à **constituição de um Grupo Operacional COVID-19**, envolvendo os responsáveis pelas diversas áreas da Instituição, designadamente do campo da saúde, ao qual competiu dinamizar todo o procedimento de **elaboração e implementação do Plano de Contingência**, bem como a monitorização do evoluir da situação no interior da Misericórdia.

Assim, logo nos dias 9 e 10 de Março, por despacho do Sr. Provedor, foram, primeiro, restritas as visitas, e depois, suspensas em todas as respostas e serviços da Instituição, assim como aprovado o Plano de Contingência, o qual foi remetido à Autoridade de Saúde Pública (Delegado de Saúde) na sequência de reunião prévia do já referido Grupo Operacional a quem incumbiu, como já foi referido, a sua elaboração.

Nos dias 12 e 13 de Março deu-se início à preparação de **eventual cenário de encerramento** das respostas de Centro de Dia e de Centro de Atividades de Tempos Livres (CATL), bem como o desenvolvimento de 4 sessões de formação/sensibilização para os colaboradores no Salão Nobre da Instituição, abrangendo mais 100 pessoas.



Logo de seguida, nos dias 14 e 15 de Março, tiveram início as diligências destinadas à preparação do **encerramento dos Centros de Dia e do CATL**, através da articulação com os familiares, ocorrendo o respetivo encerramento **no dia 16 de Março**, por força do Decreto de Lei 10-A/2020 de 13 de Março.

Competiu à Mesa Administrativa, em reunião de 16 de Março, ratificar todas as medidas então tomadas, bem como determinar, entre outras coisas, **a definição dos serviços prioritários e dos serviços não prioritários, estes últimos cujo funcionamento passou a laborar a 50%**, como medida de precaução em relação à necessidade de acautelar pessoal suficiente para a constituição de equipas em espelho.

Assim, foi **suspenso o funcionamento da Unidade de Medicina Física e de Reabilitação** a partir de 18 de Março, garantindo-se também por essa via, a possibilidade de utilização do ginásio desta estrutura para acolher as equipas, caso as respostas residenciais viessem a entrar em modo de funcionamento fechado ao exterior, **como veio a suceder a 1 de Abril**.

De igual modo, procedeu-se à suspensão, ou antecipação, do gozo de férias, marcadas ou a marcar, de acordo com as disponibilidades a confirmar junto do Departamento de Recursos Humanos, bem como à **implementação da obrigatoriedade de admissão nas respostas residenciais (ERPI/UCCI) com teste COVID-19 negativo**.

Simultaneamente, a Instituição procurou alargar o número de quartos de acolhimento/contenção (isolamento), em face da eventual necessidade de realizar períodos de isolamento ou colocar utentes infetados, separando-os da população geral da Misericórdia.

Não obstante todas as medidas encetadas logo no início do impacto da pandemia no País, não podemos olvidar a existência de constrangimentos inoportáveis, **designadamente a ausência de Equipamentos de Proteção Individual (EPI)**, algo que limitou fortemente a constituição de stocks, representando ainda, um aumento da despesa face ao agravamento do custo deste género de equipamentos.

Por outro lado, e apesar de todos os esforços realizados, **foi detetado o primeiro caso positivo no dia 30 de Outubro junto de uma colaboradora da Instituição**, o que de imediato fez desencadear todos os procedimentos destinados à contenção da infeção, a qual acabou por ser circunscrita aos colaboradores e alguns utentes residentes num dos blocos da ERPI/Lar de Idosos.



Dessa infeção, a qual deu origem a um surto, **veio a verificar-se o óbito de 4 utentes**, 3 destes em contexto hospitalar e um 1 no interior da ERPI, após o regresso da Unidade Hospitalar que o tinha acolhido por diagnóstico de COVID-19.

A Misericórdia, apesar das dificuldades suscitadas por uma Pandemia para a qual ninguém estava preparado, **não pode deixar de dar uma palavra de carinho aos utentes e seus familiares, nomeadamente recordando os que partiram como resultado da infeção por COVID-19.**

3.1.1 | Sessões de Esclarecimento e Formação

Sendo a temática da Pandemia um aspeto crucial na atuação da Misericórdia em 2020, não poderia esta deixar de preocupar-se com a adequação de procedimentos na prestação de cuidados aos utentes.

Nesse particular, a sensibilização dos colaboradores da Instituição, mas não só, para o cumprimento de regras normas preventivas, assim como a assimilação dos princípios essenciais para a promoção de comportamentos minimizadores dos riscos foi essencial.

Assim, logo no início da implementação do Plano de Contingência **foram realizadas 4 ações de sensibilização, no dia 13 de Março, abrangendo 106 colaboradores**, com o intuito de apresentação do referido Plano, dos procedimentos a adotar, do fluxograma em situações de contágio, ou suspeita de contágio, circuitos, higienização de espaços, utensílios e pessoas, entre diversas matérias.



Imagem 1: Ação Sensibilização COVID-19



Imagem 2: Ações de atualização



Ao longo de 2020, outras ações destinadas à permanente atualização foram sendo realizadas, tendo como pano de fundo a pandemia, **abrangendo 61 colaboradores**, dando-se primazia aos serviços mais vulneráveis e sujeitos a risco de infeção, com o único propósito de **atualizar conhecimentos relativos às orientações da Direção Geral de Saúde (DGS) e à adequada utilização dos EPI entre outras.**

Ainda no campo da atuação em contexto de pandemia, não podemos deixar de referir a **colaboração com as Forças Armadas**, nomeadamente no que ao combate aos vírus diz respeito, tendo sido realizada no espaço da Academia Condessa das Canas uma ação com esse propósito e que se **destinou a 12 colaboradores**, designadamente quadros técnicos da Instituição das diversas áreas (saúde, social, etc).



Imagem 3: Ação Formação Forças Armadas

3.1.2| Desinfeção dos Espaços

Outra das preocupações presente na atuação da Misericórdia passou pela **desinfeção dos espaços utilizados pelos serviços, designadamente as áreas comuns e de maior utilização.**



Assim, semanalmente, uma equipa do Departamento de Manutenção procedia à desinfeção das diversas respostas sociais, com incidência na ERPI – Lar de Idosos e na Unidades de Cuidados Continuados (ambas as tipologias) de forma a serem mantidos níveis de prevenção eficazes.



Imagem 4: Desinfeção dos Espaços

3.1.3| Distribuição de EPIs e Kits de Proteção

Sendo um dos recursos mais importantes, e simultaneamente mais escasso (pelo menos no início da Pandemia), os Equipamentos de Proteção Individual (EPI) foram, e são, essenciais ao bom desempenho dos profissionais da Instituição, mas igualmente de segurança para os utentes.

Desta forma a **política da Misericórdia balizou-se por garantir um fluxo de EPIs suficiente para a prestação adequada de serviços**, recorrendo a diversas tipologias de produtos, desde viseiras, máscaras cirúrgicas, máscaras comunitárias, máscaras FFP2, máscaras FFP3, gel desinfetante, luvas, batas de proteção, caneleiras e fatos de proteção individual.

Na fase de maior escassez a distribuição foi feita com o devido registo de entregas, tendo sido distribuído a todos os colaboradores, preferencialmente aos prestadores de cuidados diretos, e



utentes (exceto aqueles que por indicação médica não era justificável – dificuldades respiratórias).

Após a normalização dos fornecimentos de EPIs, sendo o uso deste equipamento de carácter obrigatório no contexto institucional, o acesso ao mesmo passou a ser feito de forma mais alargada e sem necessidade de registos de entrega, estando cada um dos Departamentos munido de stocks para utilização imediata.

Ao mesmo tempo, **a colocação de acrílicos, ou barreiras em vidro**, designadamente nos serviços que implicam atendimento ao público, foram outra das medidas que se revestiu de elevada importância.

De frisar igualmente, o esforço que a Instituição realizou para que o acesso a EPIs, por parte dos utentes das respostas sociais como o Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) e do projeto “*Dar Sentido aos Dias*”, fosse uma realidade.

Para tal, **a Instituição preparou e distribuiu mais de duas centenas de Kits de proteção** com máscaras, gel desinfetante, luvas e toalhetes desinfetantes, o que possibilitou que os mais vulneráveis, mas em contexto domiciliário, tivesse acesso a este tipo de produtos, face à escassez existente.



Imagem 5: Distribuição de KITS COVID-19



3.1.4| Testagem Preventiva

Apesar de preconizado por diversas Portarias/Despachos (Ex: Despacho n.º 4959/2020 de 24 de Abril), a implementação de um modelo de testagem com a metodologia RT-PCR apenas veio a ser uma **realidade na Misericórdia no dia 26 de Outubro**, data em que teve início o processo preventivo de identificação de situações de infeção.

A Misericórdia, neste particular, não pode deixar de se associar ao Secretariado Regional de Coimbra da UMP, que, desde a primeira hora, considerou esta ser uma ferramenta essencial à proteção das estruturas residenciais, nomeadamente aos utentes nelas residentes e aos colaboradores que prestavam serviço.

Infelizmente, esta medida não foi extensiva a todas as Instituições no território de Arganil e não foi implementada em tempo útil, apesar de ser manifesta a importância da testagem preventiva no âmbito da articulação com o Ministério do Trabalho e Segurança Social.

Por outro lado, e em paralelo com a testagem preventiva, ao longo do último trimestre do ano de 2020, foram também realizadas ações de testagem por parte da saúde pública e neste caso a partir da sinalização do primeiro caso positivo no seio da Instituição.

Apesar disso, a Instituição recorreu ainda, através do Setor Privado, à realização de alguma testagem com a metodologia RT-PCR, designadamente em casos em que a resposta das entidades oficiais era tardia, ou inexistente.

Podemos pois afirmar que, em 2020, foram realizados 783 procedimentos de testagem, sendo que 765 com a metodologia RT-PCR, dos quais 430 foram junto dos colaboradores e 335 referentes a utentes.

A acrescer a esses números foram realizados, em Março de 2020, 100 testes serológicos a colaboradores, sendo que neste caso a margem de erro era muito significativa em face do processo de desenvolvimento em que se encontravam os testes.

Testes realizados a colaboradores:

SEG.SOCIAL	66	OUTRAS ENTIDADES	5	SAÚDE PÚBLICA	282	LABORATÓRIO	77	Cruz Vermelha (Antigénio)	18	448
------------	----	------------------	---	---------------	-----	-------------	----	---------------------------	----	-----



Testes realizados a utentes:

ADMISSÃO	17	TESTES INTERNOS	51	TESTES EXTERNOS	13	SAÚDE PÚBLICA	254	335
----------	----	-----------------	----	-----------------	----	---------------	-----	-----

3.1.5 | Equipa Misericórdias Solidárias

Apesar das enormes dificuldades causadas pelo número significativo de baixas médicas, a Misericórdia de Arganil não quis deixar de se associar à constituição e participação na **Equipa Misericórdias Solidárias**, designadamente na intervenção realizada junto da congénere de Condeixa-a-Nova.

Neste caso, e face a número extraordinário de infetados, mais de uma centena, com impactos muito significativos junto dos colaboradores dessa entidade, foi possível reunir um grupo de trabalhadores, oriundos das Misericórdias de Arganil, Pampilhosa da Serra e Vila Nova de Poiares, para colaborar na mitigação das dificuldades então sentidas.



Imagem 6: Elemento na Equipa Misericórdias Solidárias



4 | PROJETO DAR SENTIDO AOS DIAS

Envolvendo três territórios (Arganil, Vila Nova de Poiares e Penacova), assim como as três Misericórdias associadas a esses concelhos, o Projeto *Dar Sentido aos Dias* desenvolveu-se ao longo de todo o ano transato, tendo sido estendido ainda ao primeiro trimestre de 2021.



Imagem 7: Apresentação Projeto Dar Sentido aos Dias

Este projeto direcionado para a Ação Paliativa, **abrangeu 50 utentes** em situação de doença grave, designadamente do foro oncológico, quer em contexto institucional, quer em contexto domiciliário e contou com o apoio da Fundação La Caixa | BPI, que **“patrocinou” a iniciativa com 50 mil euros** (40.000,00 euros em 2020 e 10.000,00 euros no primeiro trimestre de 2021)

A sua importância revelou-se de maior relevo em face do cenário de Pandemia existente, uma vez que foi possível a **deslocação de um conjunto de profissionais aos domicílios** de parte destes utentes, com especial incidência nos profissionais da área da saúde, como foram os casos de médicos, enfermeiros, fisioterapeutas, entre outros.

A equipa, composta por médico, enfermeiro, assistente social, psicóloga e animadora, atuou numa lógica multidisciplinar no acompanhamento dos utentes diretos, mas igualmente acompanhando as famílias, designadamente no período de luto.



4.1 | Projeto dar Sentido aos Dias – Mês dos Cuidados Paliativos

Tendo como pano de fundo o desenvolvimento do Projeto *Dar Sentido aos Dias*, foi possível à Instituição Misericórdia e respetivas congéneres parceiras, dinamizar diversas atividades alertando para o Mês dos Cuidados Paliativos e que teve lugar no mês de Outubro.

Exemplo disso, foi o impacto que o projeto teve na comunicação social, promovendo a divulgação desta área de atuação muitas vezes esquecida por uma parte da Sociedade e do próprio Estado.

Outubro é o mês dos cuidados paliativos

Outubro é o mês dedicado aos cuidados paliativos. "Garantir o acesso universal a cuidados paliativos: não deixar os que sofrem para trás" é o lema deste ano. Neste âmbito, a equipa "Dar Sentido aos Dias", promoveu ações de sensibilização e formação.

Região das Beiras

Equipa de acção paliativa ajuda a "Dar Sentido aos Dias" de doentes e família

Projecto Misericórdias de Arganil, Penacova e Vila Nova de Poiares promovem ajuda comunitária junto de pessoas com doença crónica ou incurável. Controlo da dor, cuidados de enfermagem ou apoio ao luto são alguns dos serviços

Patrícia Isabel Silva

«Podemos entrar, dona Fernanda?». A resposta não podia ser menos do que um vigoroso «claro que sim». A porta da casa de Fernanda Coimbra, em Vila Nova de Poiares, está sempre aberta para receber a equipa do projeto "Dar Sentido aos Dias". A enfermeira Joana e o Dr. Elio chegam depois de almoço e estão 100% disponíveis para cuidar da utente, que conhece desde o início do ano, quando começaram a acompanhar o marido, doente oncológico e invasivo, que viria a falecer em Julho.

Projecto tem um custo de 92 mil euros, sendo que 42 mil são suportados pelas instituições e 50 mil pelo BPI "La Caixa" Rural 2019

Na visita desta semana, Fernanda, de 85 anos, está com uma dor insistentemente ao nível da coluna, mas o mau estar não a impede de receber com o habitual sorriso a equipa de acção paliativa do projeto "Dar Sentido aos Dias", que envolve as Misericórdias de Arganil (entidade coordenadora), Penacova e Arganil e que conta com o financiamento do Prémio BPI "La Caixa" Rural 2019.

«Só tenho a agradecer, muito, muito. Não sei como, adianta, de mão dada com a enfermeira Joana Gonçalves, com um brilho no olhar, que diz tanto de quanto o projeto está a transformar a vida de dezenas de pessoas, desde o início de 2020. «A menina Joana é que me trata as feridas, com muito carinho. É uma flor», refere Fernanda Coimbra. Mas, além de tratar as muletas físicas, a equipa multidisciplinar tem outras funções tão ou mais importantes, no caso desta



Fernanda recebe a visita da enfermeira Joana Gonçalves e do médico Elio Rodrigues



Joaquim Antunes, doente oncológico, faz fisioterapia em Arganil

utente de Poiares, do que sarar o que está à vista: saber ouvir, conversar, dar conforto psicológico e estar sempre disponível, à distância de um simples telefonema, são gestos que enchem o coração a quem perdeu o amor de uma vida - conheci o meu marido tinha eu 15 anos, nunca mais me largou», confidencia -, viu também partir um filho, oito meses antes, e ainda sofreu um enfarte, que a deixou com insuficiência cardíaca.

Mãe de cinco filhos, Fer-

nanda sempre se dedicou em pleno à família e antes dos 20 anos já vivia a alegria da maternidade. Devido a problemas graves de visão, Silvino reformou-se cedo. Acabou por chegar e passou por um processo oncológico doloroso ao qual não resistiria, falecendo no dia 16 de Julho.

Vocacionado para doentes em situação de doença grave e incurável, em fase avançada e/ou progressiva, o projeto está também focado na família e nos cuidadores e, neste caso,

fez particular diferença, na preparação do luto antecipatório do marido, sublinha Elio Rodrigues, ao acrescentar que, após o falecimento de Silvino, para a equipa, fez todo o sentido manter o acompanhamento a Fernanda.

Também para Joaquim Antunes, de 49 anos, residente em Vinhó, no concelho de Arganil, a equipa de acção paliativa é determinante a "Dar Sentido aos Dias". Há pouco mais de um ano, o ocupante foi diagnosticado com um tumor nos

intestinos já com metástases no fígado, «muito avançado». «Foi um choque», conta. Recebeu ajuda para controlo de sintomas no domicílio e muito apoio psicológico, determinante também para ajudar a esposa e a filha a viver esta difícil realidade.

Joaquim vai também, de segunda a sexta-feira, à clínica de reabilitação física da Misericórdia de Arganil e vive, agora, com maior qualidade de vida.

«Este é um projeto de pes-

soas direccionado a pessoas, com necessidades individualizadas», explica Vera Simões, técnica de Serviço Social, salientando que é importante desmistificar a ideia do que é um cuidado paliativo, combatendo o mito de que é a «santíssima morte».

«Os cuidados paliativos não devem ser uma abordagem de última linha», acrescenta Simão Serrano, um dos médicos que fazem parte da equipa, sublinhando que «muita da terapêutica no fim da vida tem de ser negociada antes, sem esquecer que, em todo o processo, há a articulação com as equipas do CHUC e do IPO.

«Além disso, outra ideia pré-concebida, referem os profissionais, é que quando se fala em paliativos, fala-se, obrigatoriamente, de cancro. Não é assim. É, por isso, entre os 25 atendimentos médios por mês, que representam quase 50 utentes desde o início do ano, há várias patologias, como a insuficiência cardíaca ou a esclerose múltipla, explicam.»

Misericórdia de Arganil disponível para integrar rede nacional de CP

Aliviar o sofrimento físico, psicossocial e espiritual, através de abordagens humanizadas, é a estratégia da equipa de acção paliativa, constituída pelos médicos Simão Serrano e Elio Rodrigues, a assistente social Vera Simões, as enfermeiras Joana Gonçalves, Filomena Amaral e Paula Cruz, a psi-

cóloga Alice Morgado, a animadora Ana Patrícia Dias, a professora Joana Ribeiro e a fisioterapeuta Carolina Xavier. Aprovado no final de 2019, por um período de 12 meses, o projeto, nos primeiros dias de Janeiro, estava no terreno. Com o ano a acabar, termina o financiamen-

to, mas o desejo das instituições envolvidas é que o projeto não morra. Além disso, faz parte dos planos da Misericórdia de Arganil integrar a rede nacional de cuidados paliativos e condições não lhe faltam, graças à requalificação em curso do Hospital Condessa das Canas. Por agora, decorrem

os contactos com a tutela, com a expectativa de, que, em breve, surja a desejada luz verde, ainda para mais, a prestação deste tipo de serviços é uma carência identificada. A disponibilidade da Misericórdia é total para colmatar esta lacuna, falta apenas, a decisão política.»

Imagem 8: publicação no Diário de Coimbra



4.1.2 | Reportagem sobre Cuidados Paliativos Premiada

Um momento alto do projeto foi a sua **ampla divulgação no Programa Reportagem Especial do canal de Televisão SIC, com o título “Estamos Vivos”**, cuja autoria foi do jornalista João Faiões e a imagem de João Tuna, abordando a temática da falta de investimento e recursos na prestação de Cuidados Paliativos em Portugal.

A referida reportagem, que contou com a participação da equipa da Misericórdia, foi ainda objeto de reconhecimento através da atribuição do prémio *“Jornalismo em Saúde”*, da Apifarma – Associação Portuguesa da Indústria Farmacêutica e do Clube dos Jornalistas na categoria Televisão.

5 | X ANIVERSÁRIO DO ORFEON MAESTRO ALVES COELHO – ACADEMIA CONDESSA DAS CANAS

Apesar das condicionantes impostas pela Pandemia, as quais ditaram a redução de um vasto leque de atividades habitualmente dinamizadas pela Instituição, designadamente no âmbito do projeto cultural da Academia Condessa das Canas, houve ainda lugar para a **celebração do X Aniversário do Orfeon Maestro Alves Coelho**.

Esse evento teve lugar no decurso do mês de Fevereiro, mais precisamente no dia 29, e teve como palco a Igreja da Misericórdia, local onde teve lugar o concerto de **lançamento do CD “Giestas” tendo em vista celebrar o aniversário do Grupo Coral da Misericórdia**.

Esse concerto contou com a presença de vários Maestros, neste caso, Augusto Mesquita, Francisco Neves e Tiago Mateus, para além do então José Miguel Marques, responsável, à data, pela direção artística do Orfeon Maestro Alves Coelho, a par da presença do investigador António César Quaresma Ventura que realizou uma palestra sobre Alves Coelho, figura inspiradora do grupo Coral da Instituição e cujo nome é ostentado pelo Cineteatro da vila de Arganil.



Imagem 9: Celebração X Aniversário do Orfeon Maestro Alves Coelho

6 | REABILITAÇÃO HOSPITAL DE BENEFICIÊNCIA CONDESSA DAS CANAS

Dando continuidade ao desejo manifestado ao longo dos últimos anos pelos Irmãos da Misericórdia, assim como honrando Compromissos estabelecidos com o Estado, a Instituição **arrancou com a empreitada de requalificação do antigo Hospital Condessa das Canas**, tendo em vista a instalação de uma moderna unidade vocacionada para a saúde.

Neste caso, podendo vir a ser enquadrada, ou na Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI), alargando a oferta já existente através do Hospital Dr. Fernando Vale, ou acolhendo **uma estrutura vocacionada para os Cuidados Paliativos**, enquadrando-se na Rede Nacional de Cuidados Paliativos.

Seja qual for a solução, ou mesmo outra que porventura possa ser concertada com o Setor Estado, o ano de 2020 será marcado pelo arranque das obras destinadas à reabilitação de outro edifício emblemático da região.

O arranque das obras teve então **lugar no dia 6 de Março**, com uma cerimónia no Salão Nobre de apresentação das mesmas, que contou com as presenças, entre outros, do Presidente da Câmara Municipal de Arganil, Dr. Luís Paulo Costa, o Presidente do Secretariado Regional de Coimbra da UMP, Dr. António Sérgio Martins, o representante da ARSC, Dr. Mário Ruivo, o Diretor Executivo do ACES Pinhal Interior, Dr. Avelino Pedroso, do Presidente da Mesa da Assembleia Geral a Instituição, Prof. Dr. Raúl Martins e do Diretor Clínico, Dr. Francisco Costa.



Seguiu-se depois, o **descerramento da placa de lançamento da empreitada**, contando para esse momento com as presenças no ato, para além do Provedor da Instituição, Prof. José Dias Coimbra, do Dr. Luís Paulo Costa, Presidente da Câmara Municipal de Arganil, do Dr. Mário Ruivo, representante da ARSC, e do Eng. Fernando Vale, líder da bancada do Partido Socialista do executivo municipal, e neto de um dos mais conceituados médicos que desempenharam funções no antigo Hospital.



Imagem 10: cerimónia de apresentação empreitada de reabilitação do Hospital de Beneficência Condessa das Canas

7 | REALIZAÇÃO DE ESTÁGIO INTERNACIONAL DE PATINAGEM ARTÍSTICA

Outro momento marcante ocorrido em 2020 passou pela realização do **primeiro estágio internacional em Arganil de Patinagem Artística** e organizado pela Escola de Patinagem Artística Roller Dance da Santa Casa, uma nova componente de atuação na área cultural e desportiva da Instituição.

Este projeto, que resulta de uma parceria com diversos elementos ligados a este desporto (Treinadora Adriana Marques e o Professor Carlos Marques), possibilitou que Arganil, mais propriamente na Freguesia do Sarzedo – Pavilhão Gimnodesportivo, tivesse acolhido durante os



dias 8 e 9 de Fevereiro diversos clubes de patinagem, contabilizando mais de uma centena de jovens participantes desta modalidade.

Através deste evento foi possível a **troca de experiências com o treinador Internacional Léo Bengochêa** – Treinador Elite da Seleção Brasileira de Patinagem Artística e figura de reconhecido mérito nesta variante da patinagem.

O evento contou ainda, com a colaboração da Câmara Municipal de Arganil, Junta de Freguesia do Sarzedo, Associação de patinagem de Coimbra e o apoio dos pais da escola de patinagem.



Imagem 11: Treinadora Adriana Marques e Treinador Elite Léo Bengochêa



Imagem 12: Cerimónia de encerramento do Estágio Internacional



8 | FORMAÇÃO COLABORADORES

Sendo a formação uma componente que a Misericórdia tem procurado ao longo dos anos manter em atividade, numa lógica de qualificação dos seus profissionais e apesar de 2020 ter tido fortes limitações ao desenvolvimento de atividades associadas a esta componente, apesar de tudo foi possível a realização de vários módulos formativos.

Desta forma, e para além do destaque já atribuído à importância da formação no contexto de pandemia e atrás referenciado, podemos dizer que no ano transato foram envolvidos **197 formandos**, abrangendo três áreas de formação: **Higiene e Segurança, Saúde e outros** com um total de **932,5 horas** de formação lecionadas.

ÁREA DA FORMAÇÃO	NÚMERO DE FORMANDOS	PERCENTAGEM DE FORMANDOS
HIGIENE E SEGURANÇA NO TRABALHO	185	93,91%
OUTROS	1	0,51%
SAÚDE	11	5,58%
TOTAL GERAL	197	100,00%

Tabela 1: Formandos por área temática

Assim, **93,91%** dos formandos participaram em ações de formação relacionadas com a área **Higiene e Segurança no Trabalho** e **5,58%** dos formandos estiveram em formações da área da **Saúde**. O elevado número de formandos na área da Higiene e Segurança no Trabalho teve como principal objetivo a prevenção no âmbito do COVID-19.

Quanto às horas de formação percebemos que a área da **Higiene e Segurança no Trabalho** ocupou **84,89%**, a área da **saúde 14,81%** e a área **outros** apenas **0,29%** das horas de formação.

ÁREA DE FORMAÇÃO	HORAS DE FORMAÇÃO	HORAS DE FORMAÇÃO EM PERCENTAGEM
HIGIENE E SEGURANÇA NO TRABALHO	828,5	88,85%
OUTROS	2	0,21%
SAÚDE	102	10,94%
TOTAL GERAL	932,5	100,00%

Tabela n.º 2: Horas de formação em percentagem por área de formação



Podemos contudo dizer que, a formação direcionada para a temática da COVID-19 – “**Ação de Sensibilização Sobre O Coronavirus Covid-19 | Normas De Higiene E Segurança Para Os Colaboradores**”, contou com **53,81% do total dos formandos**, correspondendo a **106 formandos**, logo seguida pela ação de formação **Coronavirus Covid-19 | Normas De Higiene E Segurança Para Os Colaboradores**, com **30,96%** dos formandos, neste caso **61 formandos**.

Formação	Formandos	Formandos em Percentagem
AÇÃO DE SENSIBILIZAÇÃO SOBRE O CORONAVIRUS COVID-19 NORMAS DE HIGIENE E SEGURANÇA PARA OS COLABORADORES	106	53,81%
AÇÃO DE SENSIBILIZAÇÃO SOBRE O CORONAVIRUS COVID-19 NORMAS DE HIGIENE E SEGURANÇA PARA OS COLABORADORES - Exército	12	6,09%
AUTO-PROTEÇÃO E AUTO-CUIDADO EM PROFISSIONAIS DE SAÚDE EM CONTEXTO PALIATIVO	4	2,03%
CONTROLO DA DOR	2	1,02%
COVID SAFE	1	0,51%
CUIDADOS DE REABILITAÇÃO NA RNCCI	2	1,02%
INTRODUÇÃO À EDUCAÇÃO DO MEDICAMENTO	2	1,02%
PREVENÇÃO E CONTROLO DE INFEÇÃO	2	1,02%
SCG TIP TALKS ABOUT: CONSTRUÇÃO SUSTENTAVEL	1	0,51%
SOCIEDADE, TECNOLOGIA E CIENCIA - FUNDAMENTOS SEGURANÇA NO TRABALHO - AVALIAÇÃO E CONTROLO DE RISCOS	1	0,51%
TRATAMENTO DE FERIDAS - ÚLCERAS DE PRESSÃO	3	1,52%
CORONAVIRUS COVID-19 NORMAS DE HIGIENE E SEGURANÇA PARA OS COLABORADORES	61	30,96%
Total Geral	197	100,00%

Tabela n.º 3: Formandos por ação de formação em percentagem

9 | PROGRAMAS DE INTERVENÇÃO COMUNITÁRIA – POAPMC E CANTINAS SOCIAIS

A Misericórdia tem mantido uma proximidade à comunidade, não apenas por meio das respostas sociais que desenvolve, mas igualmente através de programas específicos



contratualizados com o Setor Estado, tendo em vista a minimização de algumas problemáticas, especialmente em cenários de crise.

Esses programas têm especial incidência na área alimentar, designadamente no fornecimento de produtos alimentares ou então, o fornecimento de refeições já confeccionadas.

Importa ainda realçar, que no ano de 2020 as necessidades alimentares tiveram um incremento em face do impacto da Pandemia, reflexo, em alguns dos casos, da redução de rendimentos das famílias, e noutros por força do isolamento sanitário ou mesmo do receio de contágio.

9.1| POAPMC - FEAC

O Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas (POAPMC) teve um incremento no número de beneficiários, **atingindo em Dezembro 382 pessoas**, distribuídas pelos territórios de Arganil (182), Penacova (100) e Vila Nova de Poiares (100), o que representou um crescimento de 100% do número de beneficiários inicialmente inscrito em candidatura (191), e por indicação da Entidade Gestora Programa (Segurança Social).

<i>Meses</i>	<i>Candidatura</i>	<i>Aumento (COVID-19)</i>	<i>Aprovados</i>
<i>Janeiro a Maio</i>	191	0%	191
<i>Junho a Julho</i>	191	50%	286
<i>Agosto a Dezembro</i>	191	100%	382

Tabela n.º 4: Evolução do número de beneficiários

Deve ser dada nota de que este esforço apenas foi possível através do empenho das Instituições envolvidas, tendo sido recebidos e distribuídos cerca de **83t de alimentos e apoiados 446 destinatários** (valor superior a 382 beneficiários uma vez que contabiliza as entradas e saídas de novos elementos).



Imagem 12ª: Entrega ajuda alimentar POAPMC



DESTINATÁRIOS

MESES	Arganil	Penacova	VN Poiares
JANEIRO A MAIO	91	50	50
JUNHO A JULHO	136	75	75
AGOSTO A DEZEMBRO	182	100	100

Tabela n.º 5: Distribuição de beneficiários por entidade

Podemos ainda referir que, no caso concreto da Misericórdia de Arganil, **foram apoiadas, mensalmente e em média, 137 pessoas** ao longo de 2020.

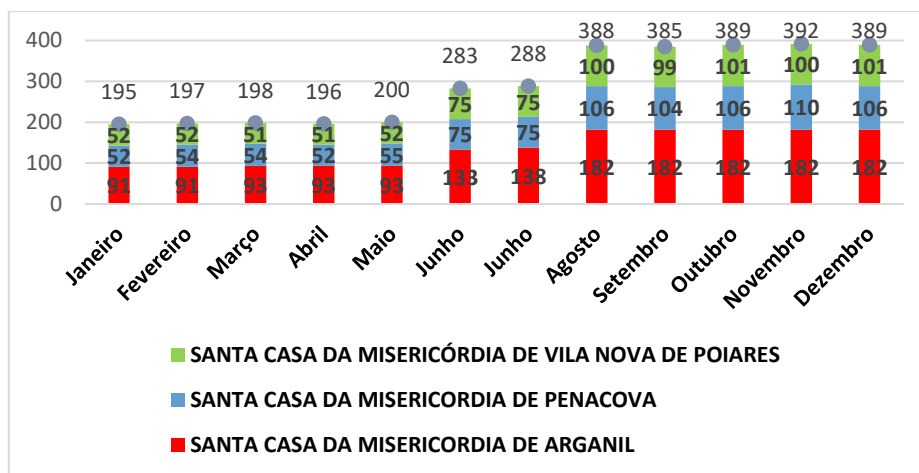


Gráfico n.º 1: beneficiários apoiados por Instituição

9.2| Cantinas Sociais

As Cantinas Sociais são uma medida que se encontrava inscrita no designado Programa de Emergência Alimentar (PEA) que foi criado aquando do período de crise marcado pela presença e controle da “TROIKA”.

Esta medida em concreto, traduz-se na confeção e entrega de alimentação junto de públicos com dificuldades, não apenas económicas, mas igualmente com falta de capacidades e condições para, per si, procederem à respetiva confeção e preparação das refeições.

Apesar da medida das Cantinas Sociais ter tido sucessivos pré-anúncios de término, verificou-se em 2020 um reforço da necessidade desta resposta de cariz local, o que motivou a sua continuidade e expansão para 2021.

Contudo, podemos referir que no ano transato foram apoiados **146 beneficiários**, correspondendo a 112 agregados familiares e uma **média mensal de 12 beneficiários**, a que **correspondeu a uma média mensal de 362 refeições**.



De forma global, terminou-se o ano 2020 com um **total de 4345 refeições** distribuídas através do Programa De Emergência Alimentar.

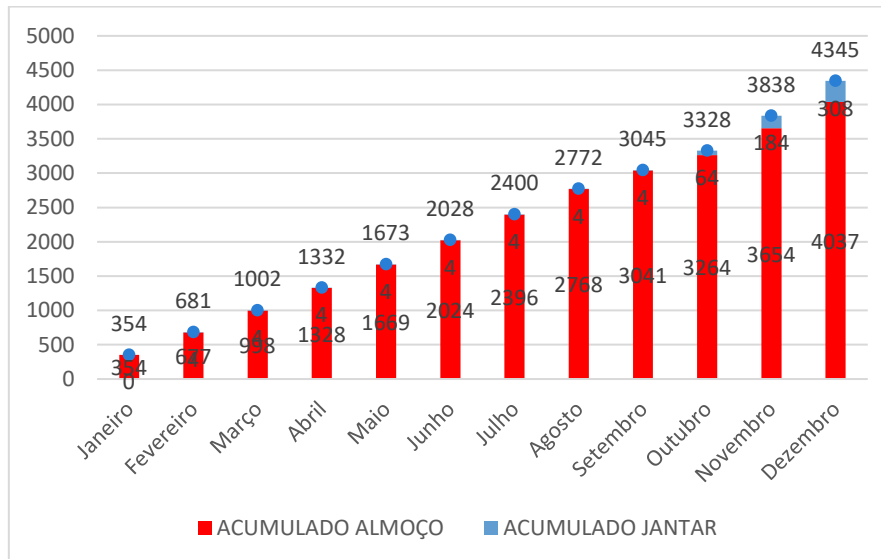


Gráfico n.º 2: Acumulado de refeições distribuídas PEA

10 | ACOLHIMENTO RASTREIO DO CANCRO DA MAMA

Apesar da incerteza ditada pela pandemia ao longo de todo o ano de 2020, foi com agrado que a Misericórdia **acolheu mais uma ação da Liga Portuguesa Contra o Cancro**, neste caso de rastreio, tendo em vista a prevenção do cancro da mama.

Deste modo, foi possível a realização desta atividade, que a Instituição reputa de significativa importância, num período em que inúmeras ações no campo da saúde foram relegadas para segundo plano, em face da necessidade de debelar o efeito do COVID-19.

Assim, um número muito significativo de utentes do concelho de Arganil, nomeadamente do género feminino, foram chamados a participar no rastreio, tendo esta ação certamente contribuído, para o diagnóstico atempado de problemas oncológicos.



Imagem 13: Espaço de rastreio do Cancro da Mama



11 | CINETEATRO ALVES COELHO

Dando sequência a uma estreita colaboração com a Câmara Municipal de Arganil no que ao Cineteatro Alves Coelho diz respeito, o ano de 2020 ficou marcado nesta temática pela **aprovação na reunião da Assembleia Geral de 17 de Agosto do ano transato, de autorização para constituição de Direito de superfície a favor da autarquia**, concretizado já Abril de 2021 com a respetiva escritura/contrato.

Assim, a aprovação pela Assembleia Geral da referida autorização foi o culminar de um processo de negociação entre as partes que foi marcado por vários momentos e que importa recordar:

- Proposta de Programa de Intervenção Preliminar – Junho de 2018;
- Anteprojecto de Reabilitação – Maio de 2019;
- Alterações ao Projecto Base – Janeiro de 2020;
- Comunicação da disponibilidade da Câmara para a celebração de contrato de Direito de Superfície – Maio de 2020.

Desta forma, a Misericórdia aguarda com serenidade, a concretização da reabilitação do emblemático edifício, com a certeza de que manteve uma postura de diálogo aberta e sensata, na expectativa de que, logo que possível, seja colocado ao dispor da comunidade este notável equipamento cultural, sem prejuízo da valorização do património desta Santa Casa.

12 | RESPOSTAS SOCIAIS – ERPI, CENTRO DE DIA E SERVIÇO DE APOIO DOMICILIÁRIO, CATL – Complexo Social

O funcionamento das respostas sociais desenvolvidas pela Instituição esteve muito condicionado, e continua condicionado, pelas limitações decorrentes da Pandemia, motivo que obrigou à reorganização da dinâmica dos serviços de apoio às mesmas.

Não obstante essas condicionantes, podemos verificar que se verificou um esforço na manutenção da prestação de cuidados aos utentes, aspeto que conduziu à alteração da atuação, por exemplo, da resposta de **Centro de Dia que passou a funcionar numa lógica de domiciliação dos serviços**.



12.1 | ERPI

A resposta de ERPI – Lar de Idosos, cuja capacidade assumida pela Instituição é de 120, apoiou, ao longo de 2020, entre entradas e saídas, **147 utentes**, verificando-se que a **média de idades dos residentes foi de 84 anos**, média esta que se manteve inalterada face ao ano de 2019.

Constatou-se ainda, que o **género masculino representou 32,6%** e o **género feminino correspondeu a 67,4%** do total dos utentes que receberam apoio nesta resposta social.

Por outro lado, **75,5% dos utentes pertenciam à faixa etária compreendida entre os 80-100 anos**, sendo que foi no espaço entre os 85-89 anos que o valor de utentes foi mais elevado, com **27,2%**.

De destacar contudo, que a faixa etária dos 95-100 anos totalizou 6,8% dos residentes, neste caso 10 utentes.

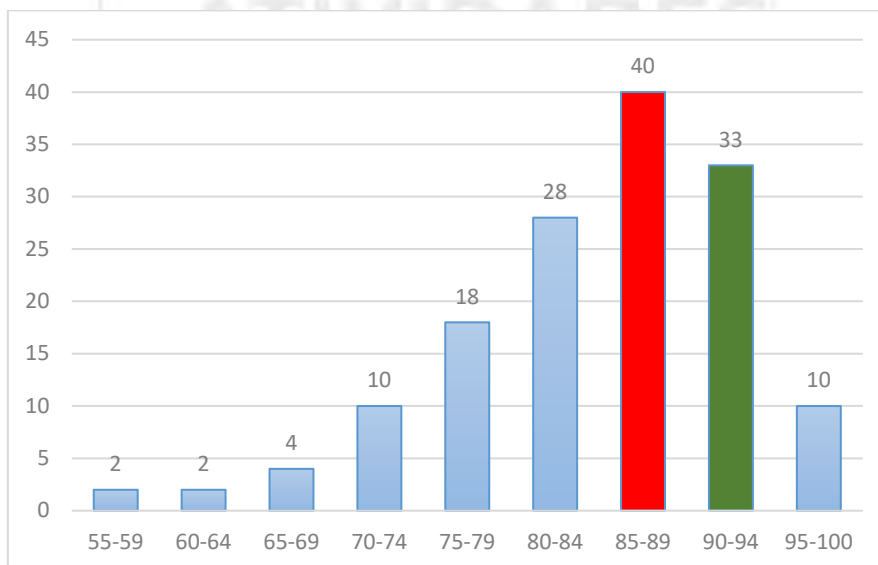


Gráfico n.º 3: distribuição por faixas etárias

Quanto ao nível de dependência, podemos dizer que os **grandes dependentes representaram 19,73%**, ou seja, 29 utentes estavam no nível máximo de dependência funcional.

Quanto à proveniência destes utentes registou-se que **80,95% têm a sua origem no concelho de Arganil**, sendo que 74,9% do total dos utentes vieram diretamente do domicílio.



Deverá ser no entanto sublinhado, que **15,6% do número total de utentes apoiados em ERPI no ano de 2020 tiveram a sua origem em outras respostas sociais da Misericórdia**, neste caso na UCCI, no Centro de Dia e no Serviço de Apoio Domiciliário.

A título de curiosidade registou-se que 14,3% (21 utentes) estão há nove, ou mais anos, na resposta de ERPI, sendo que 1 desses encontra-se a residir na Instituição há 32 anos.

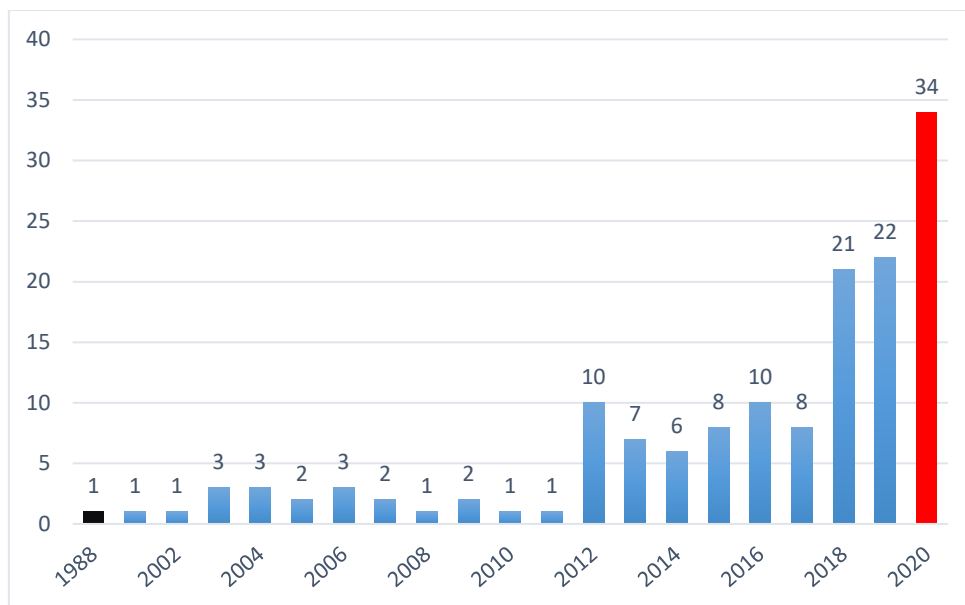


Gráfico n.º 4: tempo de permanência do residente

12.2| CENTRO DE DIA

A resposta de Centro de Dia (CD), quer a sede e quer a de Secarias, foi aquela que mais sofreu com as limitações impostas pela pandemia, desde logo, porque esta **foi obrigada a encerrar** por motivos de saúde pública, conforme orientações da Direção Geral de Saúde (DGS), extensivas a todo o território nacional.

Assim, **o funcionamento do Centro de Dia passou a ser assegurado na modalidade de domiciliação de serviços**, através da qual eram assegurados aspetos como a alimentação, tratamento de roupas, higiene habitacional, higiene pessoal (com as restrições impostas) e outros, de acordo com os recursos disponíveis, e as necessidades verificadas.



Este encerramento da resposta (sede e Secarias) teve início no decurso do mês de Março de 2020, prolongando-se até ao final do ano em apreço, sendo que, em 2021 durante o primeiro semestre o condicionamento foi mantido.

Não obstante, podemos verificar que ao longo do ano transato **foram apoiados 43 utentes**, sendo que destes 32 eram do sexo feminino (60,38%) e 21 do sexo masculino (39,62%).

Um dado importante e relevante é o de **que 58,1% dos utentes estão nesta resposta social há, pelo menos, 6 anos**, sendo que 46,5% (20) recorreram a este equipamento em face da necessidade de ocupação dos tempos livres, enquanto que 37,2% por motivo de apoio.

Quanto à idade **média obtida, esta foi de 82,7 anos**.

12.3 | SAD

Ao contrário do que sucedeu no Centro de Dia, o Serviço de Apoio Domiciliário (SAD), pelas circunstâncias, viu-se na contingência de **aumentar a sua capacidade de resposta**, especialmente porque foi necessário estender a sua ação aos utentes referidos também no ponto anterior.

Contudo, e circunscrevendo a análise apenas aos utentes habituais desta reposta, constatámos que, ao longo de todo o ano em análise, foram apoiados **45 utentes**, dos quais 26 pertencem ao género feminino (57,78%) e 19 ao género masculino (42,22%).

A média de idades cifrou-se nos 77,3 anos, sendo que a faixa etária com maior preponderância era a situada entre os 80-84 anos, com 31% dos beneficiários (14), seguindo-se a faixa etária localizada entre os 75-79 anos com 24%, ou seja, 11 utentes.

Do total dos utentes apoiados ao longo de 2020, 51% eram autónomos, enquanto que 24,4% parcialmente dependentes, 22,2% eram dependentes, e 2,2% grandes dependentes.

De registar, talvez fruto da pandemia, que o ano de **2020 teve um maior número de admissões (19)** em relação a 2019 (11), sendo o estado civil preponderante o de casado, com 51,1% e a entidade com maior importância na sinalização foi a família com 62,2% dos encaminhamentos.



12.4| CATL

Como era exetável a resposta de CATL, vocacionada para as crianças do primeiro ciclo do ensino básico, sofreu de igual modo com as restrições ao funcionamento ditadas pela pandemia e as normas da DGS.

Fruto disso, e apesar de se ter mantido o número médio de crianças apoiadas (60), verificou-se o encerramento deste equipamento ao longo de vários meses em 2020, com a consequente suspensão das mensalidades dos utentes.

No entanto, alguns serviços, por força da sua importância no apoio às crianças, foram assegurados e mantidos, e neste particular destacou-se a terapia da fala, tendo em vista evitar perdas no acompanhamento das crianças neste campo e face à sua importância para o adequado desenvolvimento deste grupo.

Assim, em horários desfasados, de forma individualizada, e respeitando as imposições da DGS, as consultas foram (re)distribuídas tendo se mantido o apoio nesta área às crianças sinalizadas.

13| HOSPITAL DR. FERNANDO VALE – UCCI, UNIDADE DE REABILITAÇÃO

A Instituição, quer tenha sido nas respostas afetas ao Complexo Social, quer tenha sido nas respostas afetas ao Complexo de Saúde, viu-se na contingência de adotar medidas preventivas que, de uma forma ou de outra, afetaram o normal funcionamento dos equipamentos respetivos.

Situação que teve como impacto, por um lado, o ajustamento da utilização dos espaços, implicando uma redistribuição da ocupação destes, em face da necessidade de serem criadas áreas de isolamento/controlado, e por outro, a reestruturação dos rendimentos obtidos, quer sejam estes no campo dos recursos humanos e da sua prestação de cuidados, quer sejam no campo meramente económico, com perda de receitas.



13.1| HOSPITAL DR. FERNANDO VALE – UCCI

Nesta resposta em particular verificou-se o apoio a 62 utentes, dos quais 76% (47) foram enquadrados na tipologia de Média Duração e Reabilitação (MDR) e 24% (15) em Longa Duração e Manutenção (LDM).

Curiosamente, tem-se vindo a verificar, quer na tipologia de MDR, quer na LDM, uma inversão da taxa de ocupação por género, constatando-se uma **redução da presença do género feminino em contraponto ao masculino.**

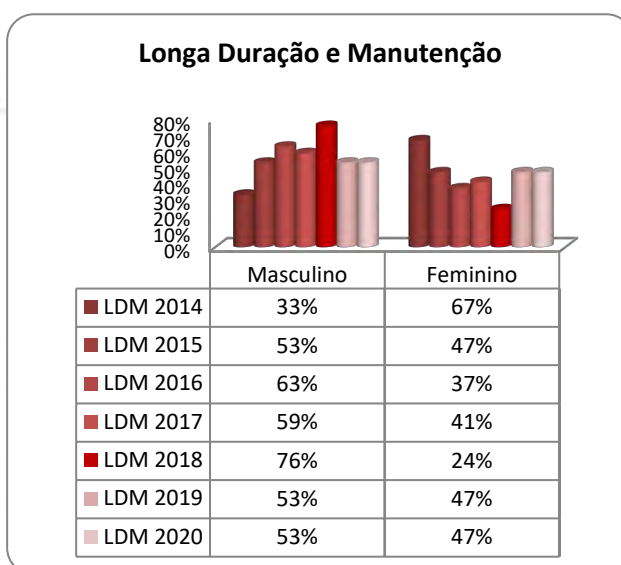


Gráfico n.º 5: Ocupação por género em LDM

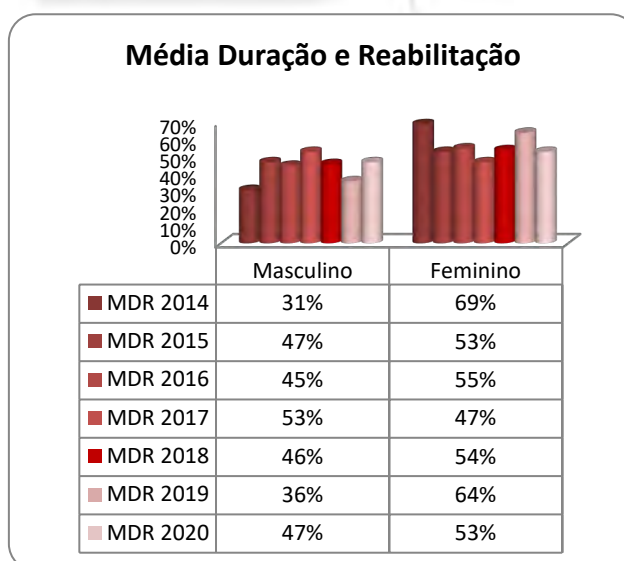


Gráfico n.º 6: ocupação por género em MDR



Quanto à referenciação dos utentes para as diferentes tipologias da UCCI da Misericórdia, assistimos a uma **diminuição progressiva da sinalização e encaminhamento dos Centros de Saúde na tipologia de MDR (21%)**, ao contrário dos Hospitais (79%), mantendo-se estável na tipologia de LDM quando em comparação os anos de 2019 e 2020.

Neste caso, 40% dos utentes da tipologia de LDM foram proveniente dos Centros de Saúde e 60% dos Hospitais.

Quanto ao motivo da alta, verificou-se em 2020 que na tipologia de MDR, 43% dos utentes regressaram o domicílio com apoio, e apenas 5% regressaram ao domicílio sem necessidade de qualquer apoio.

Ou seja, neste caso em concreto, **48% dos utentes de MDR retornam ao domicílio**, enquanto 10% ingressam em Lar/ERPI, a taxa de óbito foi de 24%.

No caso da tipologia de LDM, 33% teve encaminhamento para Hospital Central em face da evolução da situação e 67% dos utentes entraram no registo dos óbitos, algo que não surpreendeu a equipa da UCCI, em virtude da idade elevada dos utentes, grau de incapacidade/dependência aquando da admissão e até mesmo contexto sociofamiliar.

Olhando para os tempos médios de internamento na UCCI, verificamos que na **tipologia de MDR passou de 117 dias em 2019, para 111 dias em 2020**, mas na **tipologia de LDM registou-se um aumento, passando de 856 dias para 967**.

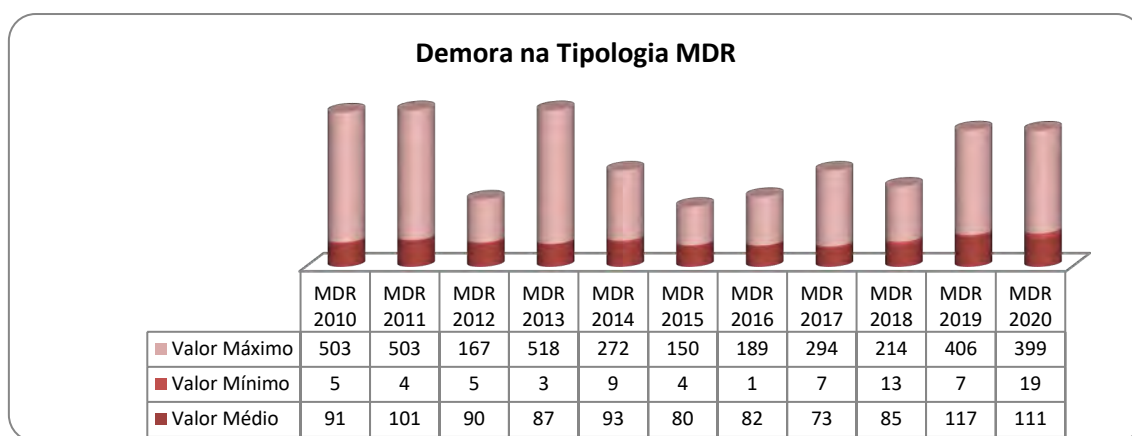


Gráfico n.º 6: n.º médio de Dias de internamento em MDR



Destaca-se neste particular, a **dificuldade e incapacidade de resposta da Segurança Social no que às vagas cativas em ERPI diz respeito**, isto no que concerne aos utentes sem retaguarda familiar.

A título de exemplo, a Misericórdia acolheu na sua ERPI/Lar de Idosos um utente de LDM que se encontrava há 1503 dias na UCCI desta Instituição, sem que tivesse existido resposta para vaga cativa da Segurança Social.

13.2| UNIDADE DE MEDICINA FÍSICA E DE REABILITAÇÃO

Outra das respostas/equipamento que podemos afirmar, sem sombra de dúvidas, que foi intensamente afetada ao longo de 2020, foi, sem dúvida alguma, a Unidade de Medicina Física e de Reabilitação (UMFR).

O seu encerramento tornou-se inevitável, face ao risco de contágios da comunidade para o interior da



Imagem n.º 14: Intervenção na UMFR

Instituição, para além do risco multiplicador pelos vários utilizadores do espaço, facto que fez suspender de imediato o tratamento de vários utentes deste equipamento.

Por outro lado, e aproveitando a situação de encerramento, **a Instituição procedeu à realização de obras de requalificação do espaço interior**, de forma a aumentar a comodidade dos seus utilizadores, e eficiência energética, num investimento que totalizou vinte mil, seiscentos e quarenta e dois euros (20.642,00€), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

Esta intervenção permitiu melhorias ao nível do piso, tetos, caixilharia, entre outras, contribuindo assim para uma melhor qualidade na atuação deste equipamento junto dos seus utilizadores.



Os recursos humanos afetos à UMFR, durante o período em que esteve encerrada, **foram alocados a outras respostas sociais, designadamente à ERPI/ Lar de Idosos**, contribuindo assim para a manutenção física dos residentes durante o período de condicionamento/confinamento.

Um elemento, neste caso uma das fisioterapeutas, foi ainda destacado para **apoiar os utilizadores da UMFR cujos tratamentos não podiam ser suspensos, para além de reforçar o apoio ao SAD.**



Imagem n.º 15: Intervenção na UMFR

14 | OUTRAS ATIVIDADES REALIZADAS

Como já foi referido, o ano de 2020 foi deveras condicionado pelo impacto da Pandemia, razão pela qual o desenvolvimento de diversas atividades foi ajustado às limitações impostas por esta nova realidade.

Consequentemente, a Instituição primou pelo desenvolvimento de atividades direcionadas para os utentes com o **enfoque na manutenção da atividade ocupacional, designadamente física**, através da inclusão da equipa de fisioterapia, nos meses de Abril e Maio, no interior da resposta de ERPI/ Lar de Idosos.



No entanto, e no período que antecedeu o confinamento forçado, ou seja, antes de 13 de Março, foram ainda realizadas atividades que constavam do plano de atividades dirigido aos utentes, de acordo com aquilo que era ainda normal, como por exemplo as festividades do Carnaval.



Imagem n.º 16: Carnaval Antes da Pandemia

De igual modo, a Instituição, e agora já em período de confinamento e de redução da circulação no exterior do edificado, procurou manter a invocação do período Pascal recordando esse momento com atividades internas.



Imagem n.º 17: Dia dos Avós



Não obstante as dificuldades existentes e a preocupação com o bem-estar de todos, de forma simbólica, e sem que fosse realizada qualquer Procissão no exterior da propriedade da Instituição, ou manifestação religiosa, a Santa Casa realizou, com o apoio do Pároco local, Padre Lucas Pio, missa campal na Mata das Misericórdias, restrita aos órgãos Sociais e **como propósito de celebrar Santa Isabel.**

Após essa, o Sr. Padre deslocou-se, acompanhado pelos elementos da Mesa Administrativa, com o Sr. Provedor a liderar, da Mesa da Assembleia Geral e do Conselho Fiscal, acautelada as orientações da DGS, nomeadamente o distanciamento físico, ao exterior do Lar de Idosos, para a bênção de utentes e colaboradores, que se mantiveram no perímetro interior do edificado.



Imagem n.º 18: Festa de Santa Isabel



15 | RESUMO DAS CONTAS

Se ao longo dos últimos anos, para não dizer décadas, o fosso entre as verbas inscritas no âmbito da cooperação com o Setor Estado e as despesas de funcionamento das Instituições do Setor Social tem vindo a aumentar, escusado será dizer que, em 2020, essa disparidade aumentou ainda mais.

Para tanto, contribuiu, sem dúvida alguma, a Pandemia que veio a ter significativo impacto no caso das Instituições do Setor Social, ao qual não foi alheia Misericórdia de Arganil.

Por outro lado, o tradicional indicador de análise de custos, ou de projeção destes, que é a variação da taxa de inflação, no caso das Instituições de Solidariedade, há muito que passou a ter um peso secundário, resultado do seu reduzido crescimento ao ano.

Pelo contrário, **o aumento de custos tem sido suportado no leque cada vez maior de serviços diferenciados a que as Instituições são obrigadas a recorrer**, isto para satisfazer um cada vez maior rol de exigências ao seu funcionamento.

Para além disso, e fruto da necessidade de uma mão-de-obra intensiva, face à natureza dos cuidados a prestar serem cada mais complexos e diversificados junto dos utentes, o aumento salarial reflete-se com maior incidência na escala de custos fixos no funcionamento das organizações do terceiro setor.

No caso da Misericórdia de Arganil, **os gastos com pessoal representaram em 2020, 58,6% do total de custos de funcionamento**, pelo que, a atualização do Salário Mínimo Nacional (SMN), quando em valor superior à atualização da cooperação com o Setor Estado, cria profundos desequilíbrios à sustentabilidade da Instituição.

Assim, importa reter que **a atualização do SMN em 2020 foi de 4,7%**, passando o vencimento base de parte significativa dos colaboradores, de seiscentos e trinta e cinco euros (635,00€) para seiscentos e sessenta e cinco euros (665,00€), acrescendo-se os descontos para a Segurança Social, seguro e pagamentos adicionais como feriados e horas noturnas, quando é o caso, sem esquecer as atualizações decorrentes da progressão na carreira.

Importa ainda realçar que, **entre 2014 e 2020 o aumento do SMN foi 28,5%**, bem distante dos valores resultantes da atualização dos acordos, ou contratos com o Setor Estado, com especial



incidência nas áreas tuteladas pelo Ministério do Trabalho e Segurança Social e do Ministério da Saúde, para não dizer outros.

No caso específico de 2020, **os valores da cooperação foram atualizados em 3,5%** para todas as respostas sociais, verificando-se, a título excecional, **um reforço, sobre essa atualização, de 2%** para as respostas de Lar de Idosos/ERPI, Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) e Lar Residencial (destinada a pessoas portadoras de deficiência).

Ora, esse reforço da atualização de 2%, no universo de todos os utentes da Misericórdia, **pouco mais foi do que um acréscimo de 0,8%, que, somando aos 3,5% de atualização geral, corresponde apenas a 4,3%, valor abaixo da atualização do SMN.**

Para além disso, em 2020 sucedeu algo inédito no panorama desta Misericórdia, à semelhança de outras da mesma natureza. Em concreto, deu-se a conjugação, por um lado, da **redução dos rendimentos**, fruto do encerramento de várias respostas sociais e consequente quebra das mensalidades dos utentes, e por outro lado, do **aumento das despesas** em resultado da necessidade do controle da Pandemia e da diminuição dos riscos de infeção.

15.1| RENDIMENTOS

O exercício de 2020 terminou com um total de dois milhões, oitocentos e vinte mil, novecentos e quarenta e oito euros e quarenta e oito cêntimos (2.820.948,48€), correspondendo a um **decréscimo de 7,7%** face ao previsto em orçamento (235.997,52€).

Contudo, e face à singularidade do ano em causa, devemos olhar de imediato para o exercício de 2019 e constatamos **uma redução global de 3,7%**, ou seja, menos cento e oito mil, seiscentos e noventa e quatro euros (108.694,00€).

Esta redução **resultou, claramente, do impacto do COVID-19**, pois afetou os rendimentos de várias respostas e equipamentos da Misericórdia e que a seguir, grosso modo, se apresentam.

Dessas respostas e equipamentos destacou-se **a Unidade de Medicina Física e de Reabilitação**, cuja redução de rendimentos esteve diretamente relacionada com o período em que esteve encerrada e, após a reabertura, a sua procura não atingiu os índices de procura face a 2019, o que se **traduziu numa quebra** de sessenta e um mil, oitocentos e oitenta e três euros e cinquenta e sete cêntimos (61.883,57€).



De seguida, a resposta de **Centro de Dia**, no que às mensalidades dos utentes diz respeito, apresentou uma **redução** de quinze mil, oitenta e três euros e dezasseis cêntimos (15.083,16€), resultado direto também do seu encerramento.

Ao nível da **UCCI - Dr. Fernando Vale**, assistimos a uma **redução** de oito mil, novecentos e noventa e cinco euros (8.995,78€) por parte da contribuição da ARSC, resultantes da redução dos níveis frequências por ausência de encaminhamentos.

Ainda neste equipamento, somou-se a redução de seis mil, noventa e três euros e cinquenta e dois cêntimos (6.093,52€), mas neste caso da responsabilidade do Instituto da Segurança Social, pelo mesmo motivo.

Ainda no campo das respostas contratualizadas com o Setor Estado, o **CATL apresentou igualmente uma quebra nos rendimentos**, isto no que às mensalidades dos utentes diz respeito, e em virtude do período de encerramento. O montante em causa foi de dois mil, quatrocentos e oitenta e um euros e trinta e quatro cêntimos (2.481,34€).

Por outro lado, verificou-se de igual modo uma quebra no rendimento previsto e proveniente do projeto dar Sentido aos Dias, correspondendo a dez mil euros (10.000,00€) e cuja execução transitou para 2021 em resultado das condicionantes da Pandemia.

Há ainda a acrescer a **ausência de rendimentos resultante do protocolo com a Câmara Municipal e indexado à Feira do Mont'Alto** que não se realizou e que se pode estimar representar uma perda de quatro mil, cento e cinquenta e seis euros e sessenta e sete cêntimos (4.156,67€).

Fora destes montantes, e sem reflexo na demonstração de resultados, não podemos deixar de frisar o impacto da decisão unilateral da ARSC em reduzir a renda do espaço ocupado pelo Centro de Saúde Arganil e outros serviços do Ministério da Saúde e que se traduziu numa perda de cinquenta e dois mil, cento e oitenta e três euros e trinta e três cêntimos (52.183,33€).



CONTAS	RENDIMENTOS	Varição (c/a)	Orçamento (a)	2020 (c)
71	VENDAS	0,00	0,00	0,00
			1 844	
72	PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	-4,85%	453,00	1 754 909,50
	Matrículas e Mensalidades de Utentes	3,11%	859 601,00	886 352,18
	UCC	-1,67%	665 013,00	653 915,78
	Fisioterapia	-47,41%	135 768,00	71 400,86
	Jornal " A comarca"	-23,19%	167 174,00	128 410,30
	Outros	-12,23%	16 897,00	14 830,38
75	SUBSÍDIOS DO ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	-11,12%	955 908,00	849 579,25
	Centro Distrital da segurança Social	-17,31%	892 991,00	738 422,01
	IEFP-Empresas Inserção	0,00%	0,00	0,00
	De Outras Entidades, Doações e Heranças / legados	76,67%	62 917,00	111 157,24
74	TRABALHO PARA A PRÓPRIA ENTIDADE	3,17%	11 122,00	11 474,25
77	GANHOS POR AUMENTO DE JUSTO VALOR	0,00%	0,00	0,00
78	OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	-16,50%	245 463,00	204 965,50
781	Rendimentos Suplementares	298,17%	1 720,00	6 848,46
	Rendimentos e ganhos em investimentos não			
787	financeiros	-28,04%	167 807,00	120 757,46
788	Outros	1,87%	75 936,00	77 359,58
	Subsídios para o Investimento	0,00%	11 785,00	11 784,59
	(...) Outros	2,22%	64 151,00	65 574,99
79	JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS	0,00	0,00	19,98
Total dos Rendimentos		-7,72%	3 056 946,00	2 820 948,48

Tabela n.º 5: Rendimentos em comparação com Orçamento

15.2| GASTOS

No que diz respeito aos gastos realizados, a Instituição executou menos oitenta e sete mil, oitocentos e dezasseis mil euros e vinte e seis cêntimos (87.816,26€) isto no que se refere ao orçamento gizado para 2020.

Não obstante essa diminuição face ao orçamento, quando em comparação com o exercício de 2019, verificou-se o inverso, ou seja, **um crescimento de mais 4%**, o que representou cento e catorze mil, nove euros e trinta e oito cêntimos (114.009,38€).

Para este aumento, e de um modo geral, contribuiu a conta 62 correspondente a Fornecimento de Serviços Externos (FSE), com destaque para as **despesas diretas com o COVID-19**,



nomeadamente a aquisição de material diverso e que atingiu o montante de cinquenta e cinco mil, cento e setenta e três euros e vinte e cinco cêntimos (55.173,25€).

Depois, registou-se um **aumento de 2% de gastos com pessoal**, o que representou mais trinta e quatro mil, trezentos e sessenta e cinco euros (34.365,00€), aumento este a que não foi alheio a atualização do SMN.

No campo de gastos com mercadorias e matérias, registou-se um aumento de nove mil, novecentos e dois euros e quarenta e um cêntimos (9.902,41€), aumentos estes a que deverão ser somados mais sete mil, quinhentos e oitenta e dois euros e vinte e um cêntimos (7.582,21€) referentes a amortizações.

CONTAS	GASTOS	Variação (c/a)	Orçamento (a)	2020 (c)
	CUSTO DAS MERCADORIAS V./DAS			
61	MATÉRIAS CONSUMIDAS	0,83%	380 661,00	383 829,82
	Mercadorias (Géneros Alimentares)	-2,25%	322 564,00	315 308,85
	Matérias de consumo Outros	17,94%	58 097,00	68 520,97
62	FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	-1,69%	739 231,00	726 767,18
	Subcontratados	0,00%	34 327,00	30 326,27
	Serviços Especializados	-19,50%	261 702,00	210 674,73
	Materiais	92,42%	47 047,00	90 526,41
	Energia e fluidos	3,30%	189 891,00	196 154,51
	Deslocações, estadas e Transportes	-45,29%	11 248,00	6 153,77
	Serviços Diversos	-1,07%	195 016,00	192 931,49
63	GASTOS COM PESSOAL	-5,24%	1 835 008,00	1 738 881,67
632	Remunerações do Pessoal	-5,87%	1 472 742,00	1 386 315,33
	Remunerações Certas	-6,20%	1 442 620,00	1 353 109,84
	Remunerações Adicionais	10,24%	30 122,00	33 205,49
	Indemnizações	-100,00%	1 876,00	0,00
635	Encargos sobre Remunerações	-6,84%	328 422,00	305 962,30
636	Seguros de acidentes no trabalho	-6,85%	22 847,00	21 280,88
638	Outros Gastos com Pessoal	177,64%	9 121,00	25 323,16
68	OUTROS GASTOS E PERDAS	-6,33%	26 769,00	25 075,75
64	GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIACÃO E DE AMORTIZACÃO	26,37%	73 000,00	92 250,82
69	JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS	0,00	0,00	47,50
Total dos Gastos		-2,87%	3 054 669,00	2 966 852,74

Tabela n.º 6: Gastos em comparação com orçamento



15.3| RESULTADO DO EXERCÍCIO

Depois de apresentados, sucintamente, os rendimentos e os gastos, podemos verificar que do apuramento da diferença entre esses, resultou um saldo negativo de cento e quarenta e cinco mil, novecentos e quatro euros e vinte e seis cêntimos (145.904,26€).

Este resultado está claramente relacionado com o impacto da Pandemia, cujo reflexo se manifestou na redução das receitas e potencializou despesas, e cujo controle não dependia em exclusivo da Instituição.

Contudo, e apesar deste resultado operacional negativo, regista-se com bastante agrado que o **total dos ativos atingiu o montante de dez milhões, duzentos e vinte e três mil, setecentos e nove euros e vinte cêntimos** (10.223.709,20€), traduzindo um crescimento de 14,05%, face a 2019, ou seja, mais um milhão, duzentos e cinquenta e nove mil, seiscentos e oitenta e dois euros e cinquenta quatro cêntimos (1.259.682,54€).

Este aumento do valor dos ativos foi suportado quer pela valorização do Hospital de Beneficência Condessa das Canas, no âmbito dos ativos tangíveis, e quer com a incorporação da Comarca de Arganil, esta última na componente de bens do património histórico e cultural (coleção, maquinaria de museu, etc) e dos ativos intangíveis (título do jornal).

Do lado do passivo, registou-se, por sua vez, um crescimento, passando a atingir três milhões, duzentos e trinta mil, quinhentos e sessenta e quatro euros e trinta e seis cêntimos (3.230.564,36€).

Neste particular, não podemos deixar de frisar que parte desse crescimento **é suportado pelo empréstimo em uso para a realização do investimento no antigo Hospital objeto de requalificação, assim como o valor lançado da quinta dos Bons Dias que aguarda a celebração da escritura de compra e venda.**



	Varição	Atividade	Orçamento	(A-O)
Rendimentos	-7,72%	2 820 948,48	3 056 946,00	-235 997,52
Vendas	0,00	0,00	0,00	0,00
Prestação de serviços	-4,85%	1 754 909,50	1 844 453,00	-89 543,50
Trabalho p/ própria Entidade	3,17%	11 474,25	11 122,00	352,25
Subsídios, doações e legados à explora.	-11,12%	849 579,25	955 908,00	-106 328,75
Aumentos/reduções de justo valor	0,00%	0,00	0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos	-16,50%	204 965,50	245 463,00	-40 497,50
Juros, dividendos e outros rend. Simil.	-	19,98	0,00	19,98
Gastos	-2,87%	2 966 852,74	3 054 669,00	-87 816,26
CMVMC	0,83%	383 829,82	380 661,00	3 168,82
Fornecimento e Serviço Externos	-1,69%	726 767,18	739 231,00	-12 463,82
Gastos com pessoal	-5,24%	1 738 881,67	1 835 008,00	-96 126,33
Gastos de depreciação Amortização	26,37%	92 250,82	73 000,00	19 250,82
Provisões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Gastos e perdas	-6,33%	25 075,75	26 769,00	-1 693,25
Gastos e perdas de financiamento	-	47,50	0,00	47,50
	RLP	-145 904,26	2 277,00	

Tabela n.º 7: Resultado Líquido do Exercício

15.4 | INVESTIMENTOS

No campo dos investimentos o destaque vai para o Hospital de Beneficência Condessa das Canas, com o montante de oitocentos e quarenta e quatro mil, setecentos e vinte e cinco euros e cinquenta e nove cêntimos (844.725,59€), e que por sua vez se refletiu na componente dos ativos fixos tangíveis.

Ainda no campo dos ativos tangíveis, mas agora já sem ser investimento em curso, destacamos o montante de cento e três mil, oitocentos e noventa e seis euros e sessenta e dois cêntimos (103.896,62€), e que foram alocados quer à aquisição de equipamentos (lavandaria, servidor informático, etc), quer às obras realizadas na UMFR.

De igual modo, a incorporação do título “A Comarca de Arganil”, conforme deliberação da Assembleia Geral de Novembro de 2019, teve reflexos nos Ativos intangíveis, e neste caso no montante de quarenta e dois mil e quinhentos euros (42.500,00€).



Investimento	2019	2020
<i>Investimentos Financeiros</i>	4 594,31	3 144,80
<i>Propriedades de Investimento:</i>	1 111 577,17	0,00
Doações	0,00	0,00
Reavaliação	1 258 987,17	0,00
Permuta/Alienação	-147 410,00	0,00
<i>Ativos Tangíveis (além dos em curso)</i>	71 555,62	103 896,62
<i>Ativos Intangíveis</i>	1 522,13	42 500,00
<i>Investimentos em curso -Ativos Tangíveis</i>	25 648,27	844 725,59
TOTAL	1 214 897,50	994 267,01

Tabela n.º 8: Quadro de Investimentos

Importa ainda referir que, considerando o cenário de crise pandémica vivenciado em 2020, a Instituição procurou reajustar os seus Investimentos, tanto mais que outras prioridades se tornaram mais prementes.

16 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Já devíamos todos saber que a imprevisibilidade é um fator que deverá ser tido em conta na projeção e gestão das expectativas, pressuposto que leva a que se tenha especial cuidado com o planeamento, como tem sido o caso na Misericórdia de Arganil.

No entanto, e sem que nada o previsse no horizonte, a ocorrência da Pandemia veio alterar radicalmente toda a projeção gizada para a atividade desta Instituição, o que implicou redobrados esforços para que a linha de atuação da Misericórdia não fosse colocada em causa.

Assim, a Instituição procurou manter o desenvolvimento das suas respostas sociais e o apoio aos seus utentes, mas igualmente procurou assegurar a estabilidade dos seus postos de trabalho, tornando-se num centro de coesão social na comunidade em que se insere.

Desse modo, e até ao limite das suas capacidades, a Misericórdia procurou honrar os seus compromissos, deitando mão a todos os recursos disponíveis, designadamente instrumentos financeiros, dando ainda cumprimento às normas estatutárias, nos momentos em que tal era possível e indispensável, com respeito pelo quadro legal em vigor antes, durante e após, a vigência do Estado de Emergência.



Certamente, era nosso desejo realizarmos mais e melhor, mas estamos convictos que, face às dificuldades, mais não poderia ser concretizado com a hercúlea tarefa de manter abertos serviços de apoio, respostas sociais e investimento em curso de envergadura bastante significativa como é a empreitada do Hospital de Beneficência Condessa das Canas.

Mais uma vez teremos contado com a Senhora das Misericórdias e com o seu manto protetor, e mais uma vez com a abnegação dos membros dos órgãos Sociais, dos irmãos e, claro está, dos trabalhadores da Instituição, que não descuraram o apoio a quem mais precisa, neste caso os nossos utentes.

Para todos um bem-haja e muito obrigado.

O Provedor

(Prof. José Dias Coimbra)





ANEXOS



Balço

Balço em 31 de Dezembro de 2020

UNIDADE MONETÁRIA (1)

RUBRICAS	NOTAS	DATAS		
		31 Dez 2020	31 Dez 2019	Variância
ATIVO				
Ativo				
Ativo não corrente				
Ativos fixos tangíveis		4.035.104,35	3.195.067,96	26,29%
Bens do património histórico e cultural		123.438,60	107.103,60	15,25%
Propriedades de investimento		4.800.983,27	4.800.983,27	0,00%
Ativos intangíveis		47.695,97	5.195,97	817,94%
Investimentos financeiros		123.627,60	120.482,80	2,61%
Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associados/Membros		9.130.849,79	8.228.833,60	10,96%
Ativo corrente				
Inventários		25.822,02	27.563,35	-6,32%
Clientes		326.390,26	264.028,07	23,62%
Adiantamentos a fornecedores		46.350,16	42.075,16	10,16%
Estado e outros entes públicos		601,97	600,00	0,33%
Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associados/Membros		2.785,08	2.785,08	0,00%
Outras contas a receber		338.938,48	269.765,61	25,64%
Diferimentos		4.611,80	4.426,91	4,18%
Outros ativos financeiros		0,00	0,00	0,00%
Caixa e depósitos bancários		347.359,64	123.948,88	180,24%
		1.092.859,41	735.193,06	48,65%
Total do Ativo		10.223.709,20	8.964.026,66	14,05%
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO				
Fundos Patrimoniais				
Fundos		1.137.883,88	1.137.883,88	0,00%
Excedentes técnicos		0,00	0,00	0,00%
Reservas		1.669.974,03	1.669.974,03	0,00%
Resultados transitados		893.110,31	779.225,60	14,62%
Excedentes de revalorização		2.971.527,60	2.971.527,60	0,00%
Outras variações nos fundos patrimoniais		466.553,28	414.308,63	12,61%
Resultado líquido do período		-145.904,26	76.799,16	-289,98%
Total dos fundos patrimoniais		6.993.144,84	7.049.718,90	-0,80%
Passivo				
Passivo não corrente				
Provisões		0,00	0,00	0,00%
Provisões específicas		0,00	0,00	0,00%
Financiamentos obtidos		0,00	0,00	0,00%
Outras contas a pagar		0,00	0,00	0,00%
		0,00	0,00	0,00%

Balço

RUBRICAS	NOTAS	DATAS		
		31 Dez 2020	31 Dez 2019	Variância
Passivo corrente				
Fornecedores		435.059,81	464.905,68	-6,42%
Adiantamentos de clientes		0,00	0,00	0,00%
Estado e outros entes públicos		62.411,80	63.775,63	-2,14%
Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associados/Membros		0,00	0,00	0,00%
Financiamentos obtidos		960.193,48	13.540,80	6.991,11%
Diferimentos		38.372,49	0,00	0,00%
Outras contas a pagar		1.734.526,78	1.372.085,65	26,42%
		3.230.564,36	1.914.307,76	68,76%
Total do Passivo		3.230.564,36	1.914.307,76	68,76%
Total dos Fundos Patrimoniais e do Passivo		10.223.709,20	8.964.026,66	14,05%

(1) - Euro

Demonstração dos Resultados por Naturezas

Período findo em 31 de Dezembro de 2020

UNIDADE MONETÁRIA (1)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS		
		2020	2019	Variância
Vendas e serviços prestados	21.	1.754.909,50	1.686.083,48	4,08%
Subsídios, doações e legados à exploração	21.	849.579,25	686.044,46	23,30%
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00	0,00%
Trabalhos para a própria entidade		11.474,25	24.126,14	-52,44%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	9.	-383.829,82	-373.927,41	-2,65%
Fornecimentos e serviços externos	22.	-726.767,18	-646.531,46	-12,41%
Gastos com o pessoal	23.	-1.738.881,67	-1.704.516,67	-2,02%
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00	0,00%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00	0,00%
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00	0,00%
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00	0,00%
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00	0,00%
Aumentos/reduções de justo valor	7.	0,00	0,00	0,00%
Outros rendimentos e ganhos	21.	204.965,50	527.905,21	-61,17%
Outros gastos e perdas		-25.075,75	-27.268,75	8,04%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-53.625,92	174.915,00	-130,66%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	7.	-92.250,82	-84.668,61	-8,96%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		145.876,74	90.246,39	-261,64%
Juros e rendimentos similares obtidos		19,98	2.483,23	-99,20%
Juros e gastos similares suportados		-47,50	-15.930,46	99,70%
Resultados antes de impostos		-145.904,26	76.799,16	-289,98%
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00	0,00%
Resultado líquido do período		-145.904,26	76.799,16	-289,98%

TSR - Sistemas de Informação, Lda.

ANEXO AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

31 de Dezembro de 2020

1 – IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

1.1 – Designação da entidade:

Santa Casa da Misericórdia de Arganil (SCMA)

1.2 - Sede:

Rua Comendador Cruz Pereira

3300-034 Arganil

1.3 - NIPC:

501 157 654

1.4 - Natureza da atividade:

A Santa Casa da Misericórdia de Arganil é uma entidade do setor cooperativo e social com estatuto de Instituição Particular de Solidariedade Social, registada na Direção Geral da Segurança Social, no livro das "Irmandades da Misericórdia", fls 64 e 64 verso, sob o n.º 50/82, em conformidade com o disposto no n.º 4 do artigo 9º do Regulamento aprovado pela Port. Nº 778/83 de 23 de Julho.

Tem como objetivo satisfazer carências sociais e praticar atos de culto católico de harmonia com o seu espírito tradicional, enformada pelo princípio da doutrina e moral cristã.

Atua através de um vasto leque de atividades, em particular no desenvolvimento de respostas sociais do âmbito da Segurança Social, nomeadamente de Apoio e Proteção destinadas à prossecução dos seguintes objetivos:

- a) Proteção dos cidadãos na velhice e invalidez;
- b) Apoio à família, crianças e jovens;
- c) Apoio à integração social e comunitária dos cidadãos em situação de vulnerabilidade, promovendo o desenvolvimento de projetos de vida e das ações de formação inerentes à respetiva preparação para a inclusão social;
- d) Apoio a cidadãos em situação temporária de limitação da capacidade para o trabalho, por força de doença ou acidente.

No entanto, secundariamente a Entidade prossegue outras atividades de carácter complementar compatíveis com a sua natureza, nomeadamente de promoção e proteção da saúde, como sendo a prestação de cuidados continuados e de reabilitação, bem como o desenvolvimento de respostas e serviços enquadráveis no âmbito da economia social.

1.5 - Sempre que não exista outra referência os montantes encontram-se expressos em unidade de Euro.

2 - REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 – Referência contabilística de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de harmonia com a seguinte legislação:

- Portaria n.º 105/2011 de Março;
- Portaria n.º 106/2011, de 14 de Março;
- Aviso n.º 6726-B/2011, de 14 de Março;
- Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de Março.

De referir que as notas não indicadas neste Anexo não são aplicáveis, ou significativas para a compreensão das Demonstrações Financeiras em análise.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS:

3.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade mantidos de acordo com a NCRF-ESNL.

3.1.1. Ativos fixos tangíveis

O valor do Ativo não corrente refere-se somente às aquisições de 1981 em diante.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de Janeiro de 2011, encontram-se registados ao seu custo de aquisição de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites até àquela data, deduzido das depreciações.

Na transição manteve-se o critério de mensuração pelo método do custo.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações.

As depreciações são calculadas após a data em que os bens se encontrem disponíveis para utilização, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil.

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos que resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos tangíveis foram registadas como gastos do período.

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas «Outros rendimentos e ganhos» ou «Outros gastos e perdas».

3.1.2. Ativos fixos intangíveis

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são registados ao custo deduzido de amortizações e eventuais perdas por imparidade acumuladas. As amortizações são reconhecidas numa base sistemática/linear durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis.

As vidas úteis e método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

3.1.3. Propriedades de Investimento

As propriedades de investimento (PI) são constituídas por terrenos e edifícios cujos fins são a obtenção de rendas e valorização do capital investido, e não para uso ou fins administrativos, ou para venda no decurso da atividade corrente, pois existem determinadas propriedades com autorização de alinação pela Assembleia Geral.

As PI são mensuradas ao justo valor, nomeadamente pelo valor patrimonial, que consta na respetiva cadeneta predial urbana disponibilizada pela Autoridade Tributária e Aduaneira. Os custos suportados com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente, manutenção, reparação, seguros e impostos sobre propriedades são reconhecidos como gastos no período a que se referem.

3.1.4 Inventário

Mercadorias e matérias-primas.

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição. Sistema de inventário permanente.

3.1.5 Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

3.1.6. Instrumentos Financeiros

Os Instrumentos Financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

- **Clientes e Outras Contas a receber**

As dívidas de clientes/Utentes e Outras contas a receber são registadas pelo seu valor nominal.

- **Fornecedores e outras dívidas a terceiros**

As contas de fornecedores e de outros terceiros encontram-se registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

- **Caixa e depósitos bancários**

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis.

- **Empréstimos**

O Empréstimo é registado no passivo pelo custo.

- **Periodizações**

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas.

- **Benefícios de Empregados**

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem ordenados, subsídio de turno, feriados, subsídio de Férias e Natal, abonos de caixa, entre outros.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados.

O subsídio de férias é pago em Julho, e o de Natal em Dezembro de cada ano, e reconhecido como gasto no mesmo período.

3.2. Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valores e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetaram as quantidades relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

3.3. Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da SCMA.

4. FLUXOS DE CAIXA

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis, ver Anexo I – Demonstração de Fluxos de Caixa.

Na divulgação dos fluxos de caixa, foi utilizado o método direto, o qual nos dá informação acerca dos componentes principais de recebimentos e pagamentos brutos, obtidos pelos registos contabilísticos da SCMA.

5. POLITICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS:

Não foram efetuadas alterações de políticas contabilísticas e de estimativas, bem como não foram detetados erros que afetem a comparabilidade das demonstrações financeiras.

BALANÇO

6. ACTIVOS INTANGÍVEIS

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando adições, os abates, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

	Saldo Inicial (31/12/2019)	Aquisições e Outros	saldo final (31/12/2020)
Ativos Intangíveis	52.348,69	42.500,00	94.848,69
Depreciações Acumuladas			
Perdas por Imparidade			
Depreciação acumulada	47.152,72	0,00	47.152,72
Ativo Intangível líquido	5.195,97	0,00	47.695,97

7. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando adições, os abates, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

	Saldo Inicial (01/01/2020)	Aquisições e outros	Abates e outros	saldo final (31/12/2020)
Terenos e recursos naturais	16.174,86			16.174,86
Edifícios e outras Construções	4.436.316,01			4.436.316,01
Outras Propriedades de Investimentos	348.492,40			348.492,40
Bens do Património Hist. e art. e Cultural	107.103,60	16.335,00		123.438,60
Equipamento Básico	547.336,93	11.669,86		559.006,79
Equipamento de Transporte	317.957,71			317.957,71
Equipamento Administrativo	293.916,06	11.424,74		305.340,80
Outros activos tangíveis	4.117.692,84	64.467,02		4.182.159,86
Inves. em Curso- Act. tangíveis	1.242.043,00	844.725,59		2.086.768,59
Ativo tangível bruto	11.427.033,41	948.622,21		12.375.655,62
Depreciações Acumuladas	3.323.878,58	92.250,82		3.416.129,40
Perdas por Imparidade				
Depreciação acumulada	3.323.878,58	92.250,82		3.416.129,40
Activo tangível líquido	8.103.154,83	856.371,39		8.959.526,22

8. INVESTIMENTOS FINANCEIROS

No ano de 2020 verificou-se uma variação (€3.144,80) derivada do Fundo de Compensação do Trabalho (FCT).

9. INVENTÁRIOS

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, utilizando-se o Sistema de Inventário Permanente.

A quantidade de inventário como gasto durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, detalham-se conforme se segue:

	2020	2019	Diferença (2020-2019)
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas			
Géneros Alimentares	315.308,85	316.898,86	-1.590,01
Outros	68.520,97	57.028,55	11.492,42
Total	383.829,82	373.927,41	9.902,41

	Saldo inicial	Compras	Saldo Final	Diferença (SF-SI)
Generos Alimentares	9.186,11	315.308,85	5.235,92	-3.950,19
Outros	18.377,24	68.520,97	20.586,10	2.208,86
Total	27.563,35	383.829,82	25.822,02	-1.741,33

10. CLIENTES E OUTRAS CONTAS A RECEBER

Em 31 de Dezembro de 2020 e em 31 de Dezembro de 2019 a rubrica de Clientes e Outras contas a receber da Instituição têm a seguinte composição:

	2020	2019	Diferença (2020-2019)
Clientes			
Clientes Gerais	249.320,17	160.249,86	89.070,31
Utentes	75.860,30	102.568,42	-26.708,12
Cobrança Duvidosa	1.209,79	1.209,79	0,00
Total	326.390,26	264.028,07	62.362,19

11. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 2020 e em 2019 as rubricas de Estado e outros entes públicos apresentavam a seguinte composição:

	2020	2019	Diferença (2020-2019)
Estado e Outros Entes Públicos (ativo)			
Iva - Reembolsos pedidos	0,00	0,00	0,00
Outras	601,97	600,00	1,97
Total	601,97	600,00	1,97

	2020	2019	Diferença (2020-2019)
Estado e Outros Entes Públicos (passivo)			
Ret. de Imp. Sobre Rendimentos	7.549,23	5.745,57	1.803,66
Iva - Reembolsos pedidos*	0,00	0,00	0,00
IVA - A Pagar	4.495,77	6.903,83	-2.408,06
Centro Regional de Seg. Social	49.219,61	50.128,55	-908,94
FCT e FGCT	1.147,19	997,68	149,51
Total	62.411,80	63.775,63	-1.363,83

12. OUTRAS CONTAS A RECEBER

Esta rubrica apresenta valores com alguma relevância, pois encontram-se aqui registados montantes inerentes a projetos que estão a decorrer na Instituição, e aguarda-se pelo recebimento das respetivas verbas.

	2020	2019	Diferença (2020-2019)
Outras Contas a Receber			
Pessoal Cauções e outros	308,74	329,70	-20,96
Portugal 2020	30.750,00	30.750,00	0,00
Porc- Mais Centro	6.790,20	6.790,20	0,00
Clifiargus, Lda	201.306,20	201.082,87	223,33
Município de Arganil	4.611,34	0,00	4.611,34
POAPMC-01-74F2-FEAC	20.988,41	1.194,58	19.793,83
Adaptar Social+	3.981,01	0,00	3.981,01
IEFP Convert+	25.607,10	0,00	25.607,10
POISE	8.784,38	0,00	8.784,38
Outros	35.811,10	29.618,26	6.192,84
Total	338.938,48	269.765,61	69.172,87

13. DIFERIMENTOS

Esta rubrica contempla gastos/Rendimentos a reconhecer que correspondem ao ano de 2020.

	2020	2019	Diferença (2020-2019)
Diferimentos (Ativo)			
Seguros	3.714,27	4.426,91	-712,64
Outras despesas com Custo Diferido	897,53	0,00	897,53
Total	4.611,80	4.426,91	184,89

	2020	2019	Diferença (2020-2019)
Diferimentos (Passivo)			
Seguros	0,00	0,00	0,00
Outros rendimentos a reconhecer	32.372,49	0,00	32.372,49
Total	614,82	614,82	32.372,49

14. CAIXA E DEPÓSITOS BANCARIOS

Descrição	2020	2019	Diferença (2020-2019)
Numerário (caixa)	422,46	351,00	71,46
Depósito à ordem	340.791,06	117.451,76	223.339,30
Depósito a prazo	6.146,12	6.146,12	0,00
Total	347.359,64	123.948,88	223.410,76

15. FUNDOS

Esta rubrica não teve nenhuma alteração.

Em 31 de Dezembro de 2020 e 31 de Dezembro de 2019, os Fundos da Instituição, eram compostos por € 1 137 883,88.

16. RESERVAS

No decurso do exercício de 2020 não se registou nenhum movimento nesta rubrica.

17. OUTRAS VARIAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS

	2020	2019	Diferença (2020-2019)
OVFP - Subsídios			
Prémio BPI Seniores 2014	0,02	2.975,35	-2.975,33
PIDDAC	1.121,41	1.246,01	-124,60
Instituto Desporto	698,33	798,09	-99,76
Ministério da Educação	1.995,19	2.194,71	-199,52
Saude XXI	203.874,72	209.539,96	-5.665,24
IEFP- Empresas de Inserção	6.141,83	6.322,47	-180,64
CDSSC-Mases	49.271,23	49.271,23	0,00
PORC- Mais Centro	99.047,32	101.586,82	-2.539,50
ARS- Modelar	37.500,00	37.500,00	0,00
Outros	66.903,23	2.873,99	64.029,24
Total	466.553,28	414.308,63	52.244,65

18. FUNDADORES/BENEMÉRITOS/(...) /ASSOCIADOS

A Instituição refletiu no balanço, em termos de contas correntes, o valor de €2.785,08 referente às quotizações dos associados (Irmãos). Este montante teve por base as quotas de 2020 que poderão ser pagas em 2021.

19. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Rubrica financiamentos obtidos apresenta um saldo de €960.193,48, repartido por:

- €755 195,44 (conta empréstimos obtidos na CCAM, que pode atingir o montante de €2 000 000,00). Empréstimo contraído em 2019 para a construção/reabilitação do Hospital Condessa Canas.
- €200 000,00 (conta empréstimos obtidos no Montepio), referente a Linha Apoio ao Sector Social Covid-19.
- €4.998,04, Projeto de constituição plataforma de Gestão e Informação – SINERGI.

20. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	2020	2019	Diferença (2020-2019)
Outras Contas a pagar			
Fornecedores de Investimentos*	368.415,10	63.397,39	305.017,71
Credores por acréscimos de Gastos**	281.543,08	270.360,28	11.182,80
Credores por subscrições não liberadas	6.243,07	6.243,07	0,00
Credores Diversos ***	1.078.325,53	1.032.084,91	46.240,62
Total	1.734.526,78	1.372.085,65	362.441,13

* O aumento desta rubrica prende-se com o facto de à data de encerramento do exercício, se encontrar em aberto fatura referente a Construção do Hospital Condessa das Canas.

** O Valor mais significativo são os gastos com o pessoal (subsídio de férias), que são de 2020 e a entidade vai pagar em 2021.

*** Encontra-se registado nesta rubrica o sinal recebido pela venda da Quinta dos Bons Dias, cuja previsão de escritura em 2020 não ocorreu devido à pandemia, a expectativa é que a mesma seja escriturada durante 2021.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA

21. RÉDITO

O rédito reconhecido pela entidade em 2020 e 2019 é detalhado conforme se segue:

	2020	2019
VENDAS	0,00	0,00
PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	1.754.909,50	1.686.083,48
Matrículas e Mensalidades de Utentes	886.352,18	857.449,63
UCC	653.915,78	663.407,56
Fisioterapia	71.400,86	133.284,43
Jornal "A Comarca de Arganil"*	128.410,30	0,00
Outros	14.830,38	31.941,86
TRABALHO PARA PRÓPRIA ENTIDADE	11.474,25	24.126,14
SUBSÍDIOS DO ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	849.579,25	689.044,46
Centro Distrital da segurança Social	738.422,01	664.439,46
De Outras Entidades, Doações e Heranças / legados	111.157,24	24.605,00
AUMENTOS/REDUÇÕES DE JUSTO VALOR	0,00	0,00
OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	204.965,50	527.905,21
Rendimentos Suplementares	6.848,46	12.715,39
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	120.757,46	437.271,84
Outros	77.359,58	77.917,98
Subsídio para o Investimento	11.784,59	11.784,59
(...) Outros	65.574,99	66.133,39
JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS	19,98	2.483,23
Total	2.820.948,48	2.929.642,52

*Primeiro ano da prestação de serviços, através da publicação periódica do jornal, não existindo por isso valores a comparar.

22. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de Fornecimentos e serviços externos nos exercícios findos em 2020 e em 2019 é detalhada conforme se segue:

	2020	2019
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS		
Subcontratados*	30.326,27	0,00
Serviços Especializados	210.674,73	243.924,16
Materiais	90.526,41	42.044,47
Energia e fluidos	196.154,51	203.317,19
Deslocações, estadas e Transportes	6.153,77	11.426,85
Serviços Diversos	192.931,49	145.818,79
Total	726.767,18	646.531,46

*Valores referentes a Edição/Impressão do Jornal "A Comarca de Arganil", que, sendo o primeiro ano de publicação, não tem valores de anos anteriores para termo de comparação.

23. GASTOS COM PESSOAL

A rubrica de Gastos com Pessoal nos exercícios findos em 2020 e em 2019 é detalhada conforme se segue:

	2020	2019
GASTOS COM PESSOAL		
Remunerações do pessoal	1.388.891,92	1.367.725,18
Encargos sobre Remunerações	305.962,24	305.756,73
Seguros de acidentes no trabalho	21.280,88	22.186,16
Outros Gastos com Pessoal	22.746,63	8.848,60
Total	1.738.881,67	1.704.516,67

24. AMORTIZAÇÕES E DEPRECIACÃO DO EXERCÍCIO

	2020	2019	Diferença (2020-2019)
Depreciação e amortizações exercício			
Ativos Fixos Tangíveis (nota 7)	92.250,82	84.668,61	7.582,21
Ativos Fixos Intangíveis (nota 6)	0,00	0,00	
Total	92.250,82	84.668,61	7.582,21

25. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO

Não houve quaisquer acontecimentos após a data do balanço com impacto nas demonstrações financeiras naquela data, nem ao nível da sua apresentação nem ao nível das divulgações adicionais.





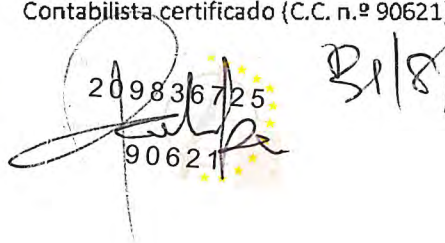
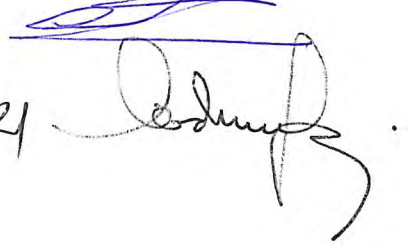
26. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) À data de 31 de Dezembro de 2020 não existiam dívidas em mora ao Estado e outros entes públicos.

b) À data de 31 de Dezembro de 2020 a Instituição tinha ao serviço 147 trabalhadores, distribuídos pelas várias valências, como se pode verificar nos mapas de resultado por atividades.

c) Nota explicativa da atividade da Entidade:

Conforme relatório de Gestão.

Mesa Administrativa (Arganil, <u>13/09/2021</u>)	Conselho Fiscal (Arganil, <u>13/09/2021</u>)	Assembleia Geral (Arganil, <u>30/9/2021</u>)
 Provedor	 Presidente	 Presidente
Vice - Provedor  Tesoureiro	Contabilista certificado (C.C. n.º 90621)  209836725 90621	

ANEXO I

Período findo em 31 de Dezembro de 2020

UNIDADE MONETÁRIA (€)

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2020	2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais - método direto			
Recebimentos de clientes e utentes		1.717.345,51	1.766.852,82
Pagamentos de subsídios		0,00	0,00
Pagamentos de apoios		0,00	0,00
Pagamentos de bolsas		0,00	0,00
Pagamentos a fornecedores		-1.147.136,46	-1.160.732,30
Pagamentos ao pessoal		-1.727.054,71	-1.168.899,75
Caixa gerada pelas operações		-1.156.845,66	-562.779,23
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	-58.773,56
Outros recebimentos/pagamentos		900.616,95	311.926,26
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		-256.228,70	-309.626,53
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-632.130,25	0,00
Ativos intangíveis		-42.500,00	0,00
Investimentos financeiros		-3.721,46	0,00
Outros ativos		0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		0,00	74.729,91
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros ativos		120.757,46	1.159.157,87
Subsídios ao investimento		38.364,89	0,00
Juros e rendimentos similares		19,98	3,99
Dividendos		0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		-519.209,37	1.233.891,77
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		952.594,44	2.600,00
Realização de fundos		52.244,65	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-5.942,76	-815.942,76
Juros e gastos similares		-47,50	-5.759,58
Dividendos		0,00	0,00
Redução de fundos		0,00	0,00
Redução de fundos		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Fluxo de caixa das atividades de financiamento (3)		998.848,83	-819.102,34
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		223.410,76	105.162,90
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início de período		123.948,88	18.785,98
Caixa e seus equivalentes no fim de período		347.359,64	123.948,88

(€) - Euro

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Santa Casa da Misericórdia de Arganil, que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2020 (que evidencia um total de 10.223.709 euros e um total de fundos patrimoniais de 6.993.145 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 145.904 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção *Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras* abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de atividades e contas nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Telefone: +351 213 182 720 | Email: ssa.sroc@pkf.pt | www.pkf.pt

PKF & Associados-SROC, Lda. | Edifício Atrium Saldanha | Praça Duque de Saldanha, 1-4ºPiso, Letras H e O | 1050-094 Lisboa, Portugal | Contribuinte n.º504 046 683 | Capital Social €50 000 | Inscrita na OROC sob o n.º152 e na CMVM sob o n.º20161462

A PKF & Associados - SROC, Lda. é membro da PKF International Limited, uma rede de sociedades legalmente independentes, e não aceita quaisquer responsabilidades pelos atos ou omissões de qualquer sociedade ou sociedades membro.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da coerência da informação constante do relatório de atividades e contas com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de atividades e contas

Em nossa opinião, o relatório de atividades e contas foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.




Lisboa, 25 de junho de 2021



PKF & Associados, SROC, Lda.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por
José de Sousa Santos (ROC n.º 804 / CMVM n.º 20160434)

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ARGANIL

Rua Comendador Cruz Pereira, 3300-034 - Arganil

 235 200 490  235 200 499  geral@scmarganil.pt

 www.scmarganil.pt  misericordiadearganil